

Rafael Augustus Sêga

MELHORAMENTOS DA CAPITAL:

A reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916).

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, opção em História Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, sob orientação do Professor Doutor Carlos Roberto Antunes dos Santos.

Curitiba
1996

Rafael Augustus Sêga

MELHORAMENTOS DA CAPITAL:

A reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916).

Curitiba
1996

Dedico este trabalho
à minha esposa Juliana
e ao meu filho Jonas.

"Uma fúria transformadora de tal intensidade e proporções supunha, é claro, uma sobrecarga de energia que extrapolava as raízes nacionais. (...) Se quisermos portanto compreender o grau, a natureza e o sentido dessas transformações é preciso que nos voltemos para o espaço das relações intersocietárias. O fato que primeiro nos despertou a atenção aí foi sem dúvida a frequência com que elas ocorreram nesse mesmo período, por toda parte ao longo do globo terrestre. Um foco de vigorosas mudanças e uma atividade econômica febril, centrados numa cidade e irradiados para todo o seu hinterland, num único movimento convulsivo e irresistível, podia ser entrevisto com pequenas diferenças temporais e variações regionais, por exemplo, em Paris ou em Buenos Aires, Nápoles, Belo Horizonte, São Paulo, Manaus ou Belém." (SEVCENKO, 1989: 42)

E por quê não Curitiba?

MELHORAMENTOS DA CAPITAL
A reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante
a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916).

SUMARIO
=====

INTRODUÇÃO.....	1
METODOLOGIA E TIPOLOGIA DE FONTES.....	20
CAPÍTULO I O PARANA NA PRIMEIRA REPUBLICA.....	29
CAPÍTULO II CÂNDIDO DE ABREU - UM ESBOÇO BIOGRAFICO.....	43
CAPÍTULO III A "DITADURA" DE CÂNDIDO DE ABREU.....	54
CAPÍTULO IV OS MELHORAMENTOS DA CAPITAL.....	62
CONCLUSÃO.....	96
BIBLIOGRAFIA.....	100
FONTES PRIMARIAS.....	107

INTRODUÇÃO

O objetivo central desse trabalho é estudar a re-estruturação do quadro urbano de Curitiba durante a segunda gestão de Cândido Ferreira de Abreu frente à Prefeitura Municipal da cidade, no período compreendido entre 1913 e 1916.

Partimos da hipótese de que tal conjunto de obras urbanísticas durante essa gestão deu-se no momento da consolidação das bases da economia urbano-industrial em Curitiba, e na mudança radical da conduta dos poderes públicos municipais frente ao quadro urbano. Até então a atuação da Prefeitura se dava de forma pontual, mas a gestão em tela inaugurou uma nova maneira de intervenção do Estado. O fio condutor do nosso trabalho é procurar destacar o significado político/ideológico da intervenção do Estado no espaço urbano, para tanto, partimos da concepção do teórico italiano Antonio Gramsci:

"O complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas também consegue obter o consentimento ativo dos governados". (GRAMSCI, 1968: 87)

Procuramos ressaltar no decorrer do trabalho como a Prefeitura passou a atuar de forma efetiva a partir desta gestão de Cândido de Abreu, intervindo com o intuito de modificar o ambiente urbano de acordo com as imposições do modo de produção capitalista.

Curitiba, por se tratar da capital do Estado, precisaria adequar-se tanto aos anseios "cosmopolitas", como às estratégias do acúmulo de capital de uma burguesia ervateira que estava começando a diversificar seus negócios. Para tanto, o desenvolvimento capitalista passava a exigir uma cidade que oferecesse serviços, que concentrasse as unidades produtivas, que congregasse um mercado consumidor e que organizasse e disciplinasse uma massa trabalhadora. Nesse quadro, a intervenção do Estado no cenário urbano era fundamental; pois calcado em um discurso cientificista - lembrar que o próprio Cândido de Abreu era engenheiro - , imbuído de poderes extraordinários por parte do Governo Estadual, passava a reformar a cidade num momento de crise, dentro de uma política de ocupação do solo urbano de lógica capitalista.

Curitiba, na virada do século, era uma cidade que queria integrar-se ao mundo contemporâneo. A sua população fazia questão de adquirir hábitos mais "modernos", mais "civilizados", os guias de etiqueta, geralmente traduzidos literalmente de seus análogos europeus, orientavam a moda e os costumes das pessoas, a maneira de se vestir, de se postar à mesa; ternos, gravatas, chapéus, vestidos longos, sombrinhas, já faziam parte da indumentária dos curitibanos; champagne, caviar e patê de foie gras já podiam figurar na mesa de alguns mais abastados.

A preocupação era integrar a cidade em um projeto

civilizatório maior, uma correlata cabocla de Paris ou Londres...

A palavra de ordem era tratar de esquecer, o mais rápido possível, um passado colonial marcado pela pacatez. Nesse sentido, o cidadão curitibano de então passou a fazer questão de incorporar novas experiências que mudassem sua percepção do mundo circundante, nas palavras de Maria Stella Bresciani:

"ligadas ao sublime, perplexidade, terror, poder, obscuridade, privação, vastidão, infinitude, seriação, uniformidade, magnificência e iluminação." (BRESCIANI, 1984: 35-68)

Guardadas as devidas proporções, o curitibano passou a conviver no seu cotidiano com artefatos mecânicos como cinematógrafos, fonógrafos, gramofones, telégrafos, telefones, câmaras fotográficas; e passou a presenciar os feitos das "maravilhas" do transporte ferroviário, da iluminação elétrica, dos balões, dos aeroplanos e dos bondes elétricos.

No entanto, por trás dessa "modernidade", prosseguia no Brasil, a consolidação de uma economia de mercado e da formação de uma mão-de-obra livre. E no caso paranaense, a mão-de-obra imigrante não era totalmente aproveitada, gerando um excedente que tendia a se concentrar na capital do Estado, sujeito à miséria e à vadiagem. Esse quadro resultou no agravamento das condições de saúde, moradia, abastecimen-

to, higiene e segurança pública. O que fazer com essa turba?

A consciência possível por parte das autoridades da época tinha limites e problema social ainda era caso de polícia e resultava na repressão a qualquer movimento que questionasse a ordem vigente. Era necessário naquele momento histórico, transformar o homem livre, despossuído, em trabalhador. E a introjeção dessa ética do trabalho incidia na repressão policial e na segregação espacial, pois os planos urbanísticos caracterizavam-se por refletirem a intervenção política ao nível ideológico.

Nesse contexto, a gestão do presidente do Estado, Carlos Cavalcanti (1912-1916), e dos prefeitos João Antonio Xavier e principalmente Cândido de Abreu, foram o momento crucial, em termos da cidade de Curitiba, tanto da consolidação de um imaginário de modernidade, como da tomada da posição política por parte das classes dominantes em erigir uma cidade que se adequasse às necessidades de uma sociedade capitalista em formação.

Muitos trabalhos no campo da historiografia, tanto nacionais como estrangeiros, têm voltado suas análises para os processos de renovação urbana. Assim, o presente trabalho parte de alguns referenciais e procura se alinhar com aqueles que põem em destaque o papel do Estado como instrumento de intervenção ideológica. Nesse sentido, sofremos forte influência, em termos teóricos, dos autores marxistas que

tratam da questão urbana, de alguns autores nacionais e de alguns autores regionais que, mesmo não seguindo tal vertente de explicação, ajudaram-nos a situar historicamente o Paraná e conseqüentemente Curitiba no período de nossa pesquisa.

A atenção com a questão urbana derivou do capitalismo; isso ocorreu porque os aglomerados humanos da Antigüidade e da Idade Média viveram realidades históricas próprias:

"A cidade - local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo, privilegiado, sede da autoridade - nasce da aldeia que cresceu. Ela se forma, como pudemos ver, quando as indústrias e os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não têm essa obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto total."
(BENEVOLO, 1983: 23)

Os problemas das modernas cidades da era industrial fizeram com que o planejamento urbano fosse deslocado do campo das belas artes para uma pretensão científica. É justamente nesse momento histórico, que campo e cidade deixam de ser extensão um do outro. O campônio sai da zona rural para vir vender sua força de trabalho na cidade, local por excelência da ordem burguesa, pois não só garantia a acumulação e reprodução do capital, como o controle ideológico sobre aqueles que o produziam.

Paradoxalmente, a cidade foi transformada no lugar do progresso, da exploração e da penúria, necessárias para a manutenção dos níveis de salários, através do que Marx chamou de "exército industrial de reserva". Entretanto, a miséria nunca foi uma surpresa para o capital, pois para gerar o lucro, ele deve gerar a desigualdade e a indigência, produtos próprios das suas contradições. Na verdade, a miséria passou a ser uma realidade a mais dentro do sistema, assim como as turbamultas, suas doenças e suas reivindicações, que deveriam ser controladas e segregadas, porque continham ameaças para a continuidade do sistema.

Dependendo do ponto de vista, a cidade era o "locus" do progresso e do poder burguês, traduzidos na tecnologia que dominava a natureza. No entanto, se invertêssemos tal ponto de vista, como se tentássemos olhar um microscópio com a lente invertida, iríamos nos deparar com uma realidade adversa, uma vez que a cidade se transformaria no espaço do pauperismo e da opressão, onde a maioria da população vivia na pior das condições.

Contudo, os dois mundo se obrigavam a conviver lado a lado; o que os delimitavam eram barreiras invisíveis, espectrais, nas quais foi muito bem explicitado o espaço destinado a cada um, no habitat social.

Os melhoramentos faziam parte da construção dessas barreiras, pois, as classes dominantes ao se apoderar do

aparelho do Estado, passavam a remodelar a cidade de acordo com seus anseios e interesses próprios. Sob esse enfoque, as reformas conduzidas, à guisa de exemplos, pelo Barão de Haussmann, na França, durante o Segundo Império de Luís Bonaparte (1852-1870), ou pelo prefeito Pereira Passos, no Rio de Janeiro, durante a gestão do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) foram, até certo ponto, compreensíveis. Partindo da estratégia do urbanismo ser um assunto meramente técnico, as grandes intervenções urbanísticas passaram a ser atributo de engenheiros, arquitetos ou projetistas, dissimulando uma qualidade inerente de "neutralidade" dos procedimentos científicos, como se, por detrás disso, não houvesse um comprometimento com a produtividade econômica.

As reformas conduzidas por esses homens "isentos" seriam baseadas na eficácia do sistema de fábrica, cujos princípios de competitividade, racionalização, competência, organização, produtividade e lucro, passariam a ser a ordem do dia. No modo de produção capitalista, as forças produtivas são desenvolvidas na cidade.

Como foi dito anteriormente, as cidades da Antigüidade não tiveram os percalços da cidade moderna, entretanto, alguns conceitos desse período são importantes: "Pólis", no sentido de centro administrativo; "Urbes", no sentido de vida material da cidade e "Civitas", com sentido de organicidade do tecido social que nela habita.

Levando em conta a perspectiva da análise marxista, deparamo-nos com trabalhos de Henri Lefebvre, Jean Lojkine, Manuel Castells e Christian Topalov. Esses autores buscaram redimensionar a problemática da cidade, tomando como pano de fundo a expansão mundial do sistema capitalista e encarando o processo urbanizatório como seu apanágio. Sob esse prisma, a cidade passava a ser vista como um fenômeno mais amplo que acabava englobando, inclusive, o campo. Alguns autores mais atuais consideram obsoleta a velha distinção entre campo e cidade. Em 1961, Jean Gottman chamou a costa leste norte-americana de "Megalópolis" para conceituar a região onde áreas urbanas, suburbanas e rurais acabavam se fundindo.

Os teóricos marxistas suplantaram a base teórica que propunha a dicotomização entre rural e urbano. De maneira geral, as suas propostas de análise eram assentadas na noção de que a cidade é anterior à industrialização, contudo, com o surgimento das manufaturas e das fábricas, os camponeses começaram a sair do campo para vir trabalhar na cidade; esta passava a ser o resultado da concentração tanto do capital como das pessoas. As unidades de produção aí estabelecidas tornaram-se o local da reprodução do capital, das forças produtivas e do controle ideológico. A cidade passava a ser encarada como o palco por excelência da luta de classes.

O pioneiro nos estudos urbanos sob essa perspecti-

va foi Henri Lefebvre, que procurou situar a cidade dentro da dinâmica do capitalismo, partindo das obras de Karl Marx e Friedrich Engels, "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra", "Ideologia Alemã" e "O Capital". Para Lefebvre, a cidade corresponderia à forma mais avançada de dominação social.

Partindo de outro ponto de vista, mas sem abrir mão do instrumental marxista, Jean Lojkin enfatizou o papel do aparato estatal frente ao fenômeno urbano. E, uma vez que a urbanização é a maneira mais desenvolvida de divisão social do trabalho, o Estado passou a ter um caráter contraditório diante dos embates travados pelas classes sociais.

Já Manuel Castells se ocupou com o estudo da urbanização nos países subdesenvolvidos, buscando a análise dialética entre dependência econômica e subdesenvolvimento, ou seja, a superposição de uma estrutura social por outra.

As epidemias, o déficit habitacional, a deficiência dos serviços de abastecimento de água e esgoto, a precariedade dos transportes públicos, a dificuldade de circulação no centro da cidade, a utilização das praças e ruas como depósitos de lixo, compunham o quadro urbanístico do Rio de Janeiro ao final do século XIX. A referência obrigatória para esse assunto é o livro de Jaime Larry Benchimol: "Pereira Passos: um Haussmann tropical", onde ele nos fornece a seguinte descrição:

"Situada em zona tropical, numa planície baixa e pantanosa, rodeada pelo mar e pelas montanhas, a cidade reunia, segundo os higienistas, duas características adversas: calor e umidade proveniente da evaporação das águas do mar, dos pântanos e das chuvas, que não escoavam devido à pouca declividade do solo. Os pântanos eram particularmente temidos por se constituírem focos de exalação de miasmas, os pestíferos gases que veiculavam agentes causadores das doenças e da morte. Os morros da cidade também eram tematizados como fatores de insalubridade, porque impediam a circulação dos ventos purificadores e porque deles escoavam as águas dos rios e das chuvas, que se imobilizaram na vasta planície sobre a qual se estendia a maior parte construída do Rio, tornando-se pantanosa, úmida e calorenta. Assim, desde muito cedo, os médicos defenderam, além do aterro dos pântanos, o arrasamento dos morros". (BENCHIMOL, 1992: 116)

Nessa obra, o autor analisa o processo de reestruturação urbana da cidade do Rio de Janeiro durante a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos (1903-1906), partindo da contextualização do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX e a predominância do trabalho escravo; num segundo momento ele mostra como na segunda metade do século o Rio de Janeiro transforma-se numa cidade capitalista, com a generalização do trabalho livre e por fim, como o programa de renovação urbana propriamente dito diz respeito à

uma tomada de posição política das classes dominantes frente às classes subalternas e o ápice do conflito seria materializado na Revolta da Vacina. Tal obra é muito importante para nosso trabalho à medida que mostra a relevância do papel estratégico dos poderes públicos municipais dentro de um projeto político mais amplo, no caso a reestruturação do quadro urbano da Capital Federal.

Em seu livro "Os Bestializados; o Rio de Janeiro e a república que não foi", José Murilo de Carvalho analisa a cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República, tomando como pano de fundo o republicanismo, a modernidade, os percalços da ordem republicana no Brasil, os conflitos decorrentes das imposições disciplinares e das manifestações populares frente às mesmas. Esse trabalho fornece subsídios para o entendimento do processo político e urbano no Brasil como um todo durante o período, até mesmo Curitiba.

José Murilo inicia a análise a partir dos discursos de Aristides Lobo, Raul Pompéia e Louis Couty, e faz a constatação de que a participação popular no referido processo político fora praticamente inexistente. O autor objetiva, com o trabalho, resgatar a problemática da atividade política e da cidadania.

Com a proclamação da república, a cidade do Rio de Janeiro sofreu uma série de mudanças de várias ordens: demográfica, com a afluência dos imigrantes e dos ex-escravos;

sanitária, com o agravamento das condições de higiene e saúde decorrentes do déficit habitacional; econômica, decorrente do quadro inflacionário e política, da falta de representação popular do novo regime.

A ruptura Império-República não significou, para as camadas populares, sua inclusão nas decisões políticas. Não houve a conquista da cidadania para o homem comum e sua participação se fazia ao largo da política oficial. Sua vivência política continuava oscilando entre a mera negação, a participação forçada ou a total alienação. As mudanças eleitorais e a extensão do voto pouco alteraram esse quadro, pois esse direito ficou reduzido a um dever.

Pela contraposição dos discursos de Couty, Lobo e Pompéia, José Murilo tenta mostrar que, apesar do povo ser considerado como bestializado, alienado, conseguiu mostrar sua capacidade de mobilização através de revoltas como a do "Vintém", da "Armada" e da "Vacina".

A república brasileira, então, constituiu-se num sistema politicamente vazio, cuja representação era uma farsa. O homem comum queria distância do aparato estatal e levava sua vida à margem dos limites institucionais, no entanto, as revoltas, as arruaças e as greves marcavam sua natureza política.

Diante da crise sanitária da cidade e de sua inadequação urbanística, o presidente Francisco de Paula Rodri-

gues Alves dotou o prefeito Francisco Pereira Passos e o médico sanitariano Oswaldo Cruz de poderes discricionários para erradicar a varíola, a peste bubônica e a febre amarela da capital da república. Por trás desse intuito saneador, os governantes visavam também remodelar a cidade de acordo com padrões europeus de estética e funcionalidade.

A falta de sensibilidade política desses governantes propiciaram a eclosão da Revolta da Vacina, pois, ao invadir as casas sem a autorização dos proprietários, eles passavam a conspurcar contra o domínio sagrado do lar, desencadeando um movimento sedicioso que não estava previsto.

A ação popular não se opunha à vacina obrigatória, mas à maneira pela qual ela estava sendo conduzida. A população não reivindicava sua própria inclusão nas decisões políticas, nem tampouco destituir o governo, o que queria, num forte apelo moralista, era que ele, o governo, se mantivesse longe de suas vidas particulares.

A obra versa, principalmente sobre a instauração da república, buscando relacioná-la com a vivência popular. Com relação à reforma urbana, esta visava muito mais afastar a pobreza do centro da cidade que superá-la economicamente.

As reformas da capital federal refletiam a inserção periférica do Brasil no sistema capitalista, simbolizando uma ruptura drástica com o passado colonial e imperial. Os artífices desse projeto, Pereira Passos e Oswaldo Cruz,

visavam não só remodelar a parte material da cidade, mas também a maneira de pensar e agir de seus habitantes:

"Além disso, Pereira Passos, na ânsia de fazer da cidade suja, pobre e caótica réplica tropical da Paris reformada por Haussmann, baixara várias posturas que também interferiram no cotidiano dos cariocas, particularmente no dos ambulantes e mendigos. Proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas; mandou recolher a asilos os mendigos; proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos, a venda de bilhetes de loteria. Mandou também que não se cuspsisse nas ruas e dentro dos veículos, que não se urinasse fora dos mictórios, que não se soltassem pipas. Muitas dessas posturas eram simples reedições de medidas anteriores que, ao bom estilo brasileiro não tinham pegado". (CARVALHO, 1987: 95)

Em termos de historiografia paranaense, é importante destacarmos a tese de doutorado de Maria Ignês Mancini de Boni, "O espetáculo visto do alto; vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)", neste trabalho a autora objetiva tornar perceptíveis as noções de crime e de violência que a população interiorizava, deixando transparecer a estruturação do poder na sociedade paranaense da capital do Estado, no período aludido - "uma época de grandes transformações, onde seu ar tipicamente pacato e ordeiro, ainda mal conhecido, se altera com a instalação de novos habitantes". E essas

alterações geraram contradições entre a elite promotora de "progresso" e uma massa popular que não era totalmente absorvida profissionalmente. Nesse quadro, a reforma urbana empreendida por Cândido de Abreu, em sua segunda gestão, estava inserida em um contexto histórico marcado pela preocupação da elite dirigente do Estado em "manter a ordem", onde a prática policial, judicial, jornalística, moral, médica e urbanística corroboraram neste projeto político mais amplo.

A obra de Maria I. M. de Boni busca mostrar, através da economia, da demografia, das políticas sanitárias, o cenário da vigilância, onde estava em jogo a redefinição da noção de ordem pública, sempre justificada pelas classes dominantes como base dos almejados "progresso e civilização", daí a explicação do próprio título: o "Espetáculo", a vivência social; "Visto pelo Alto", a partir da representação mental das classes dirigentes, "e como ela pode ser vista como um espetáculo que mais do que punir um criminoso, exorcisa o crime e dá satisfação à sociedade".

Outra obra mister da historiografia acadêmica produzida pelo Departamento de História da Universidade Federal do Paraná para o presente trabalho é a dissertação de mestrado de Magnus Roberto de Mello Pereira, "Fazendeiros, industriais e não morigerados; ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889)", onde ele faz uso da legislação urbana como fonte historiográfica, procurando comprovar

a importância de tal ordenamento na configuração de uma sociedade urbano-industrial no Paraná. Mais ainda, como a predominância econômica da erva-mate, durante o século XIX, condicionaria uma industrialização autônoma, diferentemente do processo de substituição de importações de São Paulo.

Apesar das balizas temporais do trabalho de Magnus Pereira não coincidirem com as nossas, o estudo da sociedade paranaense do século XIX é fundamental para explicar a articulação política, no nosso Estado, durante a Primeira República. De uma sociedade eminentemente agrário-pastoril e conseqüentemente rural, a tecnificação do mate e os recursos advindos de sua exportação propiciaram o surgimento de uma burguesia ervateira emergente, e urbana, que iria buscar firmar sua hegemonia política "rearticulando em seu benefício o conjunto das relações sociais da região".

Com relação à produção paranaense recente, uma obra importante para o presente trabalho é a tese de Carlos Roberto Antunes dos Santos apresentada no concurso para professor titular em História do Brasil, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, "Alimentar o Paraná Província: a formação da estrutura agro-alimentar", recentemente publicada em livro com o título "História da alimentação no Paraná".

Tal obra, assim como a de Magnus Pereira, tem seu ponto de análise voltado ao século XIX, particularmente so-

bre a política empreendida pelo governo do Estado para promover a colonização agrícola, baseada na pequena propriedade familiar.

"A missão levada adiante, principalmente pelos presidentes Lamenha Lins e Taunay, partia da constatação de que um projeto de modernidade e desenvolvimento para o Paraná passava obrigatoriamente por uma sutil estratégia, preconizada por uma dupla ação: de um lado, implementar a colonização imigrante e, de outro, acelerar diretrizes na busca da emancipação dos escravos. (...) E dentro desse projeto, a formação de uma estrutura agro-alimentar representava papel essencial, pois, como já foi dito, o sistema de colonização inaugurava nova forma de propriedade (a pequena produção), nova unidade econômica (a família), novo tipo de relação de produção (o campesinato autônomo e o Estado) e novo padrão de produção (através das técnicas trazidas pelos imigrantes estrangeiros)". (SANTOS, 1995: 73)

Entender o estabelecimento das colônias agrícolas ao redor de Curitiba no decorrer do século passado principalmente, é entender as origens do proletariado urbano dessa cidade no início do século XX. Foram os descendentes desses imigrantes que acabaram vindo para o núcleo urbano, na virada do século, culminando no "inchaço" populacional na primeira década. A obra de Carlos Roberto nos mostra ainda a amplitude do projeto modernizador encetado no Paraná.

"A comunidade paranaense foi recolocada num conjunto mais amplo, isto é, se integrando ao contexto da economia brasileira e no processo capitalista de Economia-Mundo: inicialmente através da economia pecuária e, após, na segunda metade do século XIX, através de exportação do mate". (SANTOS, idem: 92)

Como já foi visto anteriormente, os hábitos e costumes da burguesia paranaense da época deixavam transparecer sua visão de mundo e seu projeto político. A busca de hábitos "cosmopolitas" por parte da camada dominante também foi atestada pelo referido historiador.

"A burguesia do mate, beneficiada com o aumento das exportações e a alta do preço do produto, viu expandir os seus negócios e acelerar o processo de acumulação de capital. Em Curitiba, o setor importador de artigos de luxo aumenta as suas ofertas, como aparece quotidianamente nos anúncios da imprensa: champagne, vinho tinto e conhaque da França, vinho branco e do Porto de Portugal, cerveja inglesa, manteiga inglesa e francesa, presunto da Westphália, queijo flamengo, sardinha de Nantes-França, conservas portuguesas azeitonas de Elva, passas inglesas, etc". (SANTOS, ibidem: 59)

Com efeito, a compreensão das estruturas agro-alimentares é fundamental para a compreensão da dinâmica do próprio espaço urbano. Se, na Grécia Antiga, a cidade era

entendida como uma espécie de "entidade moral" exercida pelos cidadãos, modernamente ela é concebida como uma organização de produção baseada na divisão de trabalho entre campo e cidade. Na sociedade capitalista a cidade não é apenas o espaço onde a classe dominante estabelece seu mando, mas onde a relação com o espaço rural é intensificada à medida em que o camponês passa a ser consumidor dos produtos urbanos e o citadino dos produtos agrícolas. Todavia, os preços desses insumos é importante na manutenção do nível de salários do trabalhador urbano. Nesse sentido, no caso paranaense, a criação de colônias agrícolas ao redor de Curitiba possibilitava o abastecimento de alimentos frescos a preço acessível, abaixando o nível do custo de vida; criava-se um proletariado, ampliavam-se as frentes de investimento, valorizando-se assim, as terras compreendidas entre as colônias e a cidade, estendendo-se a especulação imobiliária a outras áreas.

O presente trabalho procura, a partir desses referenciais teóricos, resgatar o significado político/ideológico do programa de reestruturação urbana de Curitiba entre 1913 a 1916.

METODOLOGIA E TIPOLOGIA DE FONTES

Ao tratarmos da cidade como objeto de estudo é impossível submetê-la a um sistema fechado de explicação, pois a cidade em si, não é um espaço único; coexistem múltiplas realidades dentro dela, múltiplos mundos. Simplesmente enquadrá-la em um "tipo ideal", em um dos modelos explicativos das ciências sociais, seria negar as características intrínsecas da cidade: fragmentação, descentralização, efemeridade das situações e espaços, simultaneidade. Um arraial de mineração, por exemplo, era constituído, durante o período colonial, de um aglomerado de choças feitas com materiais disponíveis no local, geralmente cobertas de palha. Nesse caso, era uma ocupação precária do espaço. Já a cidade, é essencialmente permanente, duradoura; ou melhor, "histórica". E assim deve ser "lida":

"Tal como uma obra arquitetônica, a cidade é uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo. O design de uma cidade é, assim, uma arte temporal, mas raramente pode usar as seqüências controladas e limitadas de outras artes temporais como, por exemplo, a música. Em ocasiões diferentes e para pessoas diferentes, as seqüências são invertidas, interrompidas, abandonadas, anuladas. Isso acontece a todo o passo".
(LYNCH, 1980: 11)

O presente trabalho está inserido, metodologica-

mente, na história social, campo ambíguo, por não fazer muitas vezes uso da "precisão" das séries demográficas e/ou econômicas. A história social por sua plasticidade ontológica pode tirar proveito colocando sempre novas interrogações ao historiador e seu objeto empírico. Essa disciplina surgiu na França na década de 30 e buscava escapar da essência do acontecimento e do relato no período:

"Mas foi por volta da década de 30 que ela se definiu como tal, de uma maneira quase substancial, com o crescimento dos Anais (Annales), que, aliás, intitularam-se por um tempo "Annales d'histoire sociale". Marc Bloch e Georges Lefebvre exprimiam, assim, com ela, a necessidade e a vontade que tinham de acentuar os grupos sociais limitados por dimensões e traços particulares, e as relações de dependência ou de oposição que mantém entre si. A história social privilegiou, muito antes das outras ciências humanas, a noção de estrutura, que não deixaria em seguida de utilizar com abusos teóricos". (LEQUIN, 1993: 717)

O vasto campo que a história social abarcou a partir de então, e a falta de rigidez temática e metodológica fizeram dela, nas palavras de Cláudio Henrique de Moraes Batalha:

"O espaço para onde convergiam contribuições provenientes de outras ciências humanas e técnicas de pesquisa, como a antropologia, a sociologia, a

psicologia, a demografia, e até a lingüística e a semiologia, alimentando o sonho da interdisciplinaridade e da história como ciência síntese". (BATALHA, 1988: 233-234)

Entretanto, esta interdisciplinaridade colocou em risco o conteúdo histórico dos temas, falta imperdoável a um historiador, o apriorismo. Por isso, ao elegermos a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a segunda gestão de Cândido de Abreu sempre nos preocupamos com a comprovação heurística; de evitar modelos estereotipados e estáticos de explicação, de aprisionar manifestações históricas concretas. Resgatando um pouco da obra de Marc Bloch em relação ao tratamento das fontes:

"Desde que nós não resignemos a registrar pura e simplesmente o que dizem nossas testemunhas, desde que entendemos forçá-las a falar, mesmo contra sua vontade - impõem-se mais do que nunca um questionário. E é esta, efetivamente, a primeira necessidade de qualquer investigação histórica bem conduzida". (BLOCH, 1987: 60)

O intuito do nosso trabalho não é tomar a reestruturação do quadro urbano de Curitiba, durante o triênio 1913-1916 por si só, como um objeto empírico encerrado em si mesmo, mas com uma espécie de "via de acesso", isto é, utilizamos o referido tema como uma forma de abordar o entendimento da sociedade na qual ele estava inserido. Dessa for-

ma, a urbanização é uma maneira de percepção das práticas e estratégias da vivência social dos vários grupos, no espaço da cidade.

Ao tratarmos da reestruturação da cidade, não queremos privilegiar uma visão de determinada classe sobre o acontecimento histórico em tela, aquilo que Walter Benjamin chamou de "marcha triunfal", escrever uma história pautada em uma noção de continuidade ou de linearidade:

"Os dominadores num certo momento histórico são, no entanto, os herdeiros de todos aqueles que alguma vez já venceram. Assim sendo, a identificação com o vencedor acaba toda vez beneficiando o detentor do poder". (BENJAMIN: 1985: 157)

Cronologicamente, ao nos limitarmos exclusivamente ao triênio da referida gestão municipal, pode a princípio parecer restrito para os historiadores que acreditam que a história só deve ser trabalhada em termos de estruturas e longa duração. No entanto, ao centrarmos nosso trabalho em um momento e em um local específico, pretendemos mostrar que as peculiaridades desse "fato" ajudam a compreender um momento histórico mais amplo:

"(...), o fato não cessa de representar uma dimensão incontornável da operação histórica, ele não se funde nos modelos ou nas leis dos economistas. Para numerosos historiadores, como P. Veyne, o fa-

to, embora construído a partir de hipóteses, continua a ser o elemento singular próprio do historiador. P. Veyne esboça esse novo status do fato histórico único e singular: combinado com a utilização de modelos construídos ele permite definir diferenças, determinar condições de possibilidades e limites de validade". (DUMOULIN, 1993: 324)

Em "O Retorno do Fato", Pierre Nora vai mais longe:

"Encontra-se aqui a chance do historiador do presente: o deslocamento da mensagem narrativa nas suas virtualidades imaginárias, espetaculares, parasitárias, tem como efeito assinalar no acontecimento, a parte não factual. Ou melhor, de fazer do acontecimento o lugar temporal e neutro da emergência brutal isolável, de um conjunto de fenômenos sociais surgidos das profundezas e que, sem ele, continuariam enterrados nas rugas do mental coletivo. O acontecimento testemunha menos pelo que traduz do que pelo que revela, menos pelo que é do que pelo provoca. Sua significação é absorvida na sua ressonância, ele não é senão um eco, um espelho da sociedade, uma abertura". (NORA, 1988: 188)

Na verdade, ao elegermos nosso período em tela como fato estamos buscando uma "brecha", isto é, através da desconstrução do fato histórico, objetivamos chegar às durações mais permanentes.

Metodologicamente, o critério da seleção das fon-

tes e investigação tentou visar a reestruturação de Curitiba, capitaneada por Cândido de Abreu, a partir da ótica do poder público, pois o planejamento urbano é uma atividade típica do Estado, exercida direta ou indiretamente por este. Para tanto, percorremos jornais, plantas, mapas, relatórios oficiais, livros de memória, posturas municipais, entre outras fontes. Procuramos, a partir da disposição cronológica desse material empírico e de sua abrangência, daí sim, ver como os governantes enxergavam a cidade, as "anomalias" a serem tratadas, os grupos sociais que nela habitavam, e os motivos que os levaram a buscar uma organicidade no tecido urbano. Nosso trabalho foi dividido em partes analíticas e partes meramente descritivas, buscando dialogar com as fontes e uma série de conceitos que se relacionam com a questão estudada.

A documentação examinada foi extremamente ampla, e muitas vezes "oficial", emanada do Estado, proporcionando ao historiador um acesso parcial das informações, mas não se constituiu num obstáculo, pois serviram para ilustrar uma determinada faceta da realidade social. Foi através desses documentos que reparamos a falácia da noção do "Estado Demiurgo", que obriga a todos cumprir as leis conspiratórias de uma classe dominante, só visando atender seus interesses próprios. Nada mais falso. Apesar de estar sujeito a diversas maneiras de pressão, o Estado deve assumir posturas e

dar respostas convincentes, objetivando transigir com os conflitos decorrentes dos interesses divergentes. A legislação oficial não orbita fora da sociedade em que está inserida, logo, todos os grupos sociais interagem para o cumprimento ou não da disposição legal.

Reparamos ao final do trabalho, em termos metodológicos, que utilizamos arcabouços teóricos que acabaram extrapolando apenas a história social, pois utilizamos referenciais da história urbana, notadamente no que se refere à conceituação de "Melhoramentos"; histórica econômica e política, ao utilizar trabalhos referentes ao Paraná no século XIX e o Brasil na Primeira República.

Um dos principais procedimentos metodológicos de uma pesquisa historiográfica é a "Tipologia de Fontes", para tanto é importante ressaltar a localização dos arquivos onde encontramos a documentação utilizada no presente trabalho:

- a) Biblioteca Júlio Moreira;
- b) Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGEPR);
- c) Sessão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná;
- d) Arquivo da Câmara Municipal de Curitiba;
- e) Casa da Memória de Curitiba;

O trabalho de levantamento, fichamento e codificação das informações e referências bibliográficas atinentes

ao tema estão sistematizadas na última parte do trabalho.

As principais fontes trabalhadas foram:

- a) Coleção de Decretos e Regulamentação do Estado do Paraná;
- b) Leis, Decretos, Atos e Resoluções da Prefeitura Municipal de Curitiba;
- c) Boletins do IHGEPR;
- d) Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná;
- e) Mensagens enviadas ao Congresso Legislativo pelo Presidente de Estado;
- f) Fontes de imprensa, particularmente o jornal "A República";
- g) Posturas Municipais;

Utilizamos essas fontes da seguinte forma: a Coleção de Decretos e Regulamentação; Leis, Decretos e Atos; Annaes do Congresso Legislativo e Posturas Municipais, serviram para explicar a relação Estado/Município à época da pesquisa; assim como a base jurídica, na qual a reforma estava assentada, foram usados nos capítulos I, III e parte do IV; Boletins do IHGEPR serviram para escrever o capítulo II; já as principais fontes utilizadas foram as Mensagens do Presidente do Estado, que ilustram bem a premência das reformas por parte do governo estadual, e o levantamento do jornal "A República" foi a base da narrativa das reformas; ambos com-

plementaram o capítulo IV.

O presente trabalho intenta preencher uma lacuna na historiografia paranaense sobre a cidade de Curitiba no início do século. É, portanto, inédito.

CAPÍTULO I

O PARANÁ NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O Paraná, enquanto unidade administrativa, não existiu durante o período colonial. Ele passou a aparecer no cenário político nacional quando deixou de ser a 52ª Comarca de São Paulo, em 1853. A economia paranaense, nesse período, era baseada na erva-mate, na extração da madeira e nas atividades agropastoris desenvolvidas nos Campos Gerais. Assim, dois grupos econômicos hegemônicos se formaram na sociedade paranaense dessa época: a aristocracia rural dos Campos Gerais (termo criado por Magnus R. M. Pereira), que passou a entrar em decadência a partir das últimas décadas do século XIX, e a burguesia urbana ligada à atividade ervateira, que veio a se firmar como grupo econômico e politicamente dominante no Paraná durante a Primeira República.

O Paraná, durante esse período, seguiu os mesmos ditames da República do resto do Brasil, ou seja, o poder político era monopolizado por uma oligarquia estadual, baseada em uma política de compromissos paternalistas e clientelistas. Basta nominar os primeiros presidentes do Estado para verificar suas origens conservadoras:

"Apesar desse panorama pouco sugestivo, a burguesia comercial regional conseguiu, a partir do domínio do mercado de exportação, transformar os processos de produção do mate numa indústria bastante tecni-

ficada, mesmo diante dos padrões mundiais da época. Concomitantemente, essa camada burguesa emergente conseguiu rearticular em seu benefício o conjunto das relações sociais na região. (...) Em decorrência da exploração do mate em larga escala, generalizaram-se no Paraná as relações sócio-econômicas de livre mercado". (PEREIRA, 1990: 02)

O Paraná, na virada do século XIX, tinha aproximadamente 330.000 habitantes, e sua população era predominantemente rural. No entanto, as cidades viriam a ser os centros de beneficiamento da matéria-prima oriunda do campo, eram serrarias, fábricas, olarias, cerâmicas, usinas de mate transferidas do litoral, etc., compondo a paisagem citadina. Firmando assim, não só uma burguesia urbana, mas através da utilização da mão-de-obra nacional e imigrante, formaria também um operariado lutando pela emancipação social, dentro de uma tradição anarquista. Esse quadro resultou numa crescente urbanização, principalmente em Curitiba, por ser a capital do Estado, transformando-a no local privilegiado de mudanças capitalistas. A burguesia ervateira ao se impor economicamente - transformando a antiga produção "putting-out system" do litoral em um sistema de fábrica, onde ela passou a dominar as técnicas de produção - começou a infligir à sociedade ao seu redor, sua "weltanschauung" (concepção de mundo):

"A indústria do mate e suas

subsidiárias (as metalúrgicas, as barricarias e as litográficas) deram o toque dominante à sociedade paranaense do final do século XIX e início do XX. Da forma, pela qual o burguês procurava representar-se, ao ritmo da vida cotidiana, tudo era indústria. O tempo dos habitantes de Curitiba passou a ser regido pelas máquinas a vapor, que com seus apitos de manhã, ao almoço e à tarde formavam uma verdadeira sinfonia, pelo seu som conhecia-se o engenho; este é o da Baronesa, este do Miró, aquele do Macedo". (PEREIRA, idem: 70)

E é esse incipiente impulso industrial do início do século que condicionaria a urbanização no Paraná e, principalmente, em Curitiba. Até esse período, os núcleos urbanos limitavam-se a um comércio rudimentar, aos aparelhos burocráticos e à Igreja. Os fazendeiros dirigiam-se, de tempos em tempos, para a cidade a fim de resolver seus negócios, mas a maior parte do ano eles passavam em suas fazendas. Mas, por ser a indústria ervateira essencialmente urbana, aliás como quase todas as atividades fabris, houve, em termos de Paraná, na segunda metade do século XIX, uma vitalização das cidades.

A burguesia ervateira passou a negar a arquitetura colonial portuguesa, e buscou um estilo mais "universal", encontrando isso no estilo Eclético, implantado no Brasil a partir do Neoclássico. Sobre esse estilo arquitetônico no Pa-

Paraná, Key Imaguire Jr. caracteriza-o:

"O modelo do sobrado eclético no Paraná é pois uma fachada retangular, tendendo para o quadrado, dividida em três faixas horizontais: a de baixo, com tratamento inferior e mesmo pobre; e a de cima, nobre e abundantemente ornamentada. A terceira faixa é de coroamento, de que participam os rasgos de aproveitamento do sótão e as cimalthas superiores, com as platibandas. Nessa há preferência pela solução em balaustrada. Os vãos têm sempre vergas retas no pavimento térreo, e no sobrado, estas são ainda retas ou em arco pleno. Sobre esses vãos, em número comumente par, pode haver coroamento com cimalthas de formas diversas ou falsa pedra-chave, não se excluindo soluções mais elaboradas.

Quando se utilizam pilastras entre vãos, estas são de ordem jônica. As colunas entre vãos térreos contém pouca ornamentação e podem ser metálicas, estas como função estrutural e contribuindo para soltar e dar leveza ao pavimento superior.

As composições são sempre simétricas, o que é reforçado pelos balcões em ferro batido com cões de alvenaria, tendendo à valorização dos vãos centrais dos sobrados". (IMAGUIRE JR, 1982: 67)

Em termos políticos, o Paraná na década de dez, foi marcado inicialmente pela "Campanha Civilista" promovida por Rui Barbosa para pleitear a presidência da república contra o Marechal Hermes da Fonseca:

"Os civilistas locais, liderados por "Liberais e pelo jornal Diário da Tarde, a maioria anticlerical, foram abalados pelo "catolicismo assumido" de Rui Barbosa e pelo "reavivamento" da memória, feito pelo jornal "A República", acerca da recusa do eminente baiano em ser o defensor do Paraná na questão de limites, alegando falta de domínio jurídico da matéria". (BONI, 1985: 45)

Apesar da referida campanha, realizadas as eleições, invariavelmente fraudulentas, o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca recebeu a presidência para o período de 1910 a 1914.

Na verdade, Hermes da Fonseca houvera chegado ao poder graças ao apoio do caudilho gaúcho José Gomes Pinheiro Machado, que, numa conhecida manobra, típica da política oligárquica, fundou em 1910 o Partido Republicano Conservador, articulando, a nível nacional, o apoio a Hermes da Fonseca no Congresso e nos Estados. Com o aval do ministro da Guerra, general Dantas Barreto, o PRC e setores militares promoveram a derrocada das oligarquias estaduais que se opunham ao poder central. Uma vez que Hermes da Fonseca fora eleito face a uma cisão da "Política do Café-com-Leite", ele buscou uma aliança com as oligarquias menores para diminuir a influência das oligarquias tradicionais. No fundo, Hermes buscava diminuir a influência de Pinheiro Machado no seu governo. Esse episódio ficou conhecido por "Política Salvacio-

nista", pois a justificativa era "eliminar a corrupção e salvar a pureza das instituições republicanas", mas genuinamente o que ocorreu foi a mera substituição dos beneficiados.

Em termos de Paraná, esse clima de agitação política ajudou a reabilitar a imagem de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, que fora eleito para a presidência do Estado para o quadriênio 1912-1916:

"Carlos Cavalcanti assume a Presidência com o Estado em condições financeiras bastante razoáveis, sob o aspecto econômico-financeiro, mas com a capital em situação de "penúria atroz", relativa ao problema de infra-estrutura da cidade, embora a situação da população pobre também pudesse ser assim classificada". (BONI, idem: 45)

Carlos Cavalcanti era carioca de nascimento, mas traçou toda sua trajetória política no Paraná. O posto de Oficial do Exército Brasileiro foi acrescido de mandatos como deputado estadual e federal, antes de ter sido eleito presidente do Paraná, pelo Partido Republicano, num pleito conturbado.

Assumiu em fevereiro de 1912 e logo de saída teve que se deparar com a controvertida nomeação do prefeito de Curitiba. O candidato "natural" da elite local era o capitão engenheiro do Exército Brasileiro (seu colega de farda), João Gualberto Gomes de Sá. Pessoa de muito trânsito nas esferas do poder, este gozava de muita popularidade en-

tre os curitibanos, principalmente por ter sido o mentor da criação do "Tiro Rio Branco", espécie de guarnição da Capital, onde os jovens mais aquinhoados prestavam serviço militar.

Contudo, ao contrário de Carlos Cavalcanti, que tão bem soubera conciliar a vida castrense com a lide política, João Gualberto não contava com o fundamental apoio do Partido Republicano, cujo candidato peculiar era o engenheiro Cândido Ferreira de Abreu, que acabou sendo escolhido. João Gualberto teve que se "contentar" com o cargo de comandante do Regimento de Segurança (espécie de Polícia Militar da época), sendo promovido a coronel.

Aquela nomeação selaria o seu destino, pois como comandante da força pública do Estado, foi obrigado a aceitar a tarefa de combater os adeptos do "monge" José Maria, na região do Contestado, onde veio a perder a vida na batalha de Irani em 22 de outubro de 1912.

João Antonio Xavier assumiu interinamente como prefeito, e passou a elevar a arrecadação de impostos com o escopo de construir o Palácio Municipal na Praça Santos Andrade. Sobre a política municipal de Curitiba nesse período, a historiadora Maria Ignês mancini de Boni esclarece-nos:

"Como a elevação dos impostos não fosse suficiente para tal projeto, a Câmara autoriza o Prefeito a emitir apólices municipais, até o limite de seiscentos contos. O resgate des-

sas apólices no ano seguinte inspirou acirrada campanha contra o Legislativo Municipal. (...) Em janeiro do ano seguinte (1913), o Presidente do Estado indica seu companheiro de Câmara Federal, Cândido Ferreira de Abreu para ocupar a Prefeitura da Capital. Este inicia sua gestão cuidando da ordenação dos loteamentos, e propõe a aprovação de divisões no perímetro urbano e suburbano. (BONI, ibidem: 47)

A transmissão do cargo de prefeito para Cândido de Abreu foi fundamental para subsidiarmos a hipótese de que esse período foi o momento crucial para a consolidação das bases da economia urbano-industrial no Paraná e que Curitiba, por se tratar da Capital do Estado, foi o palco privilegiado dessa transformação capitalista. A burguesia paranaense (partindo da concepção de Estado proposta por Antonio Gramsci na página 1), buscava firmar sua hegemonia constituindo um bloco de poder que fosse além dos seus interesses imediatos. Dessa forma, enriquecia e consolidava a oposição ao proletariado. Reproduzia-se, aqui, o fenômeno da separação entre capital e o trabalho, ocorrido na Europa durante o século XIX. Dessa forma, esse era o momento de tomadas de posições claras de cada um dos lados, e certamente isso gerou conflitos; de um lado, o operariado buscando canais de representação dentro da política oligárquica; de outro, a burguesia paranaense em plena fase de acumulação via exploração do trabalho.

A busca de uma nova condição econômica que não fosse apenas primário-exportadora (madeira-café-mate), fizeram com que a burguesia paranaense lograsse elaborar não só um discurso, mas também uma série de medidas que modernizassem a economia do Estado (unidade federativa). Nessa situação, o Estado (aparato burocrático), representava as forças políticas diretamente envolvidas na acumulação de capital; ou seja, a elite ervateira e sua ação (incluindo a reestruturação do quadro urbano) tendiam a favorecer a acumulação nas mãos desse grupo. Sobre isso, Luís Carlos Ribeiro tece as seguintes considerações:

"A idéia de modernização da sociedade paranaense esteve presente no discurso de sua classe dirigente, pelo menos nos últimos cem anos de sua história. (...) O fato é que tal progresso não é simplesmente irreal, mas sim uma visão parcial - de classe - sobre uma realidade que guarda uma multidiversidade de fatores. O que os autores desses projetos procuraram elaborar foi um discurso lógico que, por uma hegemonia de classe, se impusesse ao conjunto da sociedade como um discurso único, eliminando as contradições existente no seu interior, contradições tanto em nível da relação com elites de outros Estados, quanto em nível interno, as contradições de classe". (RIBEIRO, 1986: 113)

Duas questões são importantes salientarmos no re-

ferido período: o Contestado, em termos nacionais, e a Primeira Guerra Mundial, em termos internacionais.

A região do Contestado, situada entre os Estados do Paraná e Santa Catarina já conhecia a violência e a miséria de longa data, desde os tempos do Império, com a Revolução Farroupilha, e nos primeiros anos da República, com a Revolução Federalista. A região era disputada pelos dois Estados, daí a origem do nome, era dominada por latifundiários que exploravam o mate e a madeira. Em 1900, o governo federal decidiu pela construção de uma ferrovia que ligasse São Paulo ao Rio Grande do Sul. As empresas concessionárias foram a Brazil-Railways e Southern Lumber & Colonization, de Percival Farquar. Tais empresas tornaram-se proprietárias de uma faixa de 15 quilômetros de cada lado da estrada, de onde passaram a expulsar os posseiros por meio da violência.

"O desespero dos moradores da região aumentava na medida em que a construção da estrada de ferro além de expulsá-los de suas terras enchia as pequenas localidades de marginais recrutados à força no Rio de Janeiro para os trabalhos pesados de obra ferroviária".
(TEIXEIRA, 1972: 130)

Neste contexto, surgiam figuras místicas, os "monges", que, na ausência do Estado, promoviam curas e alento para os desamparados. Desde os tempos da Revolução Federalista o imaginário das pessoas dessa região era povoado por histórias do monge João Maria. Durante o episódio do Contes-

tado ganhou destaque outro monge, José Maria, que se dizia irmão do primeiro. Após as festanças do Senhor Bom Jesus, em Taquaraçu, grande número de camponeses não retornaram a seus locais de origem para ficar ouvindo o monge e suas leituras sobre Carlos Magno e os Pares de França. No citado local, fundou seu primeiro "quadro santo" da "Monarquia Celeste". O movimento dividiu os coronéis da região, uma vez que eles próprios estavam com seu mandonismo abalado em razão das companhias concessionárias, no entanto esse reduto foi destruído e o monge e seus fiéis rumaram para Irani, onde o monge foi morto, e os adeptos da "Santa Religião" passaram a ser perseguidos por tropas federais, pela força pública estadual e pelos "vaqueanos" (jagunços). Os sertanejos reagiram e a guerra tomou novas proporções. Localidades como Cainoinhas, Itaiópolis e Papanduva, entre outras, foram palcos de combates, onde o governo federal, a partir de 1914, passou a organizar melhor a repressão ao movimento, usando, inclusive, aviões. Até que, em fins de 1915, a "Guerra Santa" foi praticamente liquidada, sobrando alguns grupos esparsos. Em 1916, o último chefe rebelde, Adeodato, foi preso. Findava uma guerra com um saldo de 20.000 mortos.

A Primeira Guerra surgiu no bojo das ferrenhas disputas imperialistas, que, diante da instabilidade política reinante na Europa, fizeram com que as nações procurassem se aliar. De um lado a "Tríplice Entente", que contava com a

França, Rússia, Inglaterra, Estados Unidos, entre outros; de outro, a "Tríplice Aliança", formada pela Alemanha, Austria-Hungria, Turquia e Bulgária. Os conflitos tiveram como palco principal o continente europeu, mas acabou envolvendo, de uma forma ou de outra, grande parte das nações do mundo todo. Em termos da participação brasileira na frente de batalha, ou melhor, nas trincheiras, marca registrada desse conflito, o Brasil manteve-se neutro até 1917; porém, nesse ano, após o afundamento do barco mercante Paraná, as relações diplomáticas com o Império Alemão foram rompidas e o presidente Venceslau Brás Pereira Gomes pediu ao Congresso Nacional a declaração formal de guerra contra as Potências Centrais. No entanto, a atuação brasileira limitou-se ao envio de alguns oficiais, médicos e enfermeiras, e ao patrulhamento da costa da África.

A efetiva, mas tímida atuação do Brasil na Primeira Guerra Mundial não é tão relevante para nosso trabalho. É sim, importante destacar as alterações ocorridas no comércio internacional e seus reflexos sobre a economia do nosso país. Existe muita polêmica em torno dos efeitos que a Primeira Guerra trouxe sobre a economia brasileira. Durante muito tempo constituiu-se num "truísmo" a tese de que o rompimento do envio de produtos industrializados para o Brasil, por parte das nações fornecedoras envolvidas no referido conflito, teria obrigado o país a empreender uma série de esfor-

ços em uma, num linguajar economicista, "política de substituição de importações". Todavia, o historiador norte-americano Warren Dean contraria em parte essa tese; para ele, o que ocorreu foi uma reorientação da produção industrial existente.

O nosso período em tela (1913-1916), foi marcado, em termos de política nacional no final da gestão do Mal. Hermes, quando a figura de Pinheiro Machado parecia algo irrefutável para a sucessão. No entanto, a oligarquia paulista, através do Partido Republicano Paulista, apresentou como candidato o vice-presidente, o mineiro Venceslau Brás. Com o aval do Partido Republicano Mineiro, Venceslau venceu as eleições com o apoio da máquina eleitoral, restabelecendo o revezamento do "Café-com-Leite", interrompido por quatro anos com a ascensão de Hermes da Fonseca.

O período da gestão de Venceslau Brás acabou coincidindo com a Primeira Grande Guerra (1914-1918), e sua subida ao poder assinalou o declínio de Pinheiro Machado, transformado pela imprensa no grande articulador das mazelas políticas do país. Foi assassinado em setembro de 1915 pelo padeiro Manso de Paiva Coimbra. O grande erro político do senador gaúcho foi acreditar que continuaria usufruir poderes ilimitados durante a gestão de Venceslau Brás, como fizera anteriormente, manobrando as oligarquias do Rio Grande do Sul e do Nordeste. No início de 1915 enfrentou a fúria

popular, na cidade do Rio de Janeiro, ao tentar impedir a posse de Nilo Peçanha ao governo daquele Estado. Esse ato iria trazer conseqüências funestas para o senador ainda naquele ano.

Entretanto, se a tese da industrialização no Brasil em função da Primeira Guerra é polêmica, uma coisa é certa: assistiu-se, em nosso país, uma escalada inflacionária durante esse período. Pois, à medida em que as batalhas acirravam-se, o montante de capitais que afluíam para o Brasil diminuía, e essa falta de recursos fez com que o governo federal precisasse emitir moedas para cobrir o déficit público. Isso causou uma enorme inflação e uma baixa nos níveis de salários. A grande carestia que se seguiu iria gerar uma série de manifestações de descontentamento pelo país afora, principalmente pelo nascente operariado brasileiro. Esses descontentamentos iriam desembocar na Greve Geral de 1917, tida por muitos como tendo sido a maior manifestação popular do período.

Portanto, a partir do processo histórico nacional e internacional narrado acima, verifica-se o grau de importância da inserção do Paraná no mesmo, destacando para Curitiba uma conjuntura de mudanças. Emerge a administração de Cândido de Abreu no triênio 1913-1916, marcada por um ponto de inflexão dos poderes públicos, frente ao quadro urbano da Capital do Estado, que acabou sendo submetido a uma rigorosa intervenção urbanística.

CAPÍTULO II

CÂNDIDO DE ABREU - UM ESBOÇO BIOGRÁFICO

Esse capítulo tem como objetivo procurar enquadrar, através de sua história de vida, nosso protagonista na classe economicamente dominante. Para tanto, utilizamos o arcabouço teórico marxista expresso na obra "Ideologia Alemã", evidenciando a noção de classe dominante e sua relação com o restante da sociedade:

"Cada nova classe estabelece sua dominação sempre sobre uma base mais extensa do que a da classe que até então dominava, ao passo que, mais tarde, a oposição entre a nova classe dominante e a não-dominante se agrava e se aprofunda ainda mais. (...) Uma vez que as idéias dominantes tenham sido separadas dos indivíduos dominantes e, principalmente, das relações que nascem de uma dada fase do modo de produção, e que com isso chegue-se ao resultado de que na história as idéias sempre dominam, é muito fácil abstrair dessas idéias "a idéia", etc. como o dominante na história e nesta medida conceber todos estes conceitos e idéias particulares como "autodeterminação" do conceito que se desenvolve na história". (MARX, 1987: 75)

Dessa forma, a classe dominante para manter seu domínio sobre as demais categorias sociais e reproduzir seu controle sobre os meios de produção, precisa exercer o controle também sobre o aparelho do Estado. Então, não é casual

o estreito envolvimento entre Cândido de Abreu e o aparato estatal, como veremos adiante.

Ao procurar escrever um "Esboço Biográfico", não pretendemos escrever "Prosopografia", um inventário das elites de uma região, ou de considerar relevante para a história a vida e a obra dos "verdadeiros sujeitos históricos", bem ao estilo da historiografia da "Escola Metódica" do século passado. Queremos apenas demonstrar a relevância da "origem de classe" de Cândido de Abreu na sua tomada de decisões frente às suas atuações públicas.

Cândido Ferreira de Abreu nasceu em Paranaguá, cidade portuária do Paraná, em 02 de agosto de 1856, filho do magistrado Antonio Ferreira de Abreu e Maria Cândida Guimarães, filha do Visconde de Nacar. Perdeu o pai ainda criança, e mesmo pertencendo à família tradicional, atravessou uma série de dificuldades financeiras. O que não o impediu de dar prosseguimento aos seus estudos. Sobre sua infância, encontramos muito pouca informação. Porém, em 1870, com catorze anos, ele já estava matriculado no tradicional colégio curitibano do professor Jacob Mueller, juntamente com outros membros da elite paranaense:

"Alguns de seus alunos de primeiras letras - (...) - foram mais tarde, grandes vultos da província ou representavam famílias tradicionais do meio, como, por exemplo, Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, Alfredo Luís de Oliveira Cercal,

Tobias Rebelo de Macedo, Múcio Ferreira de Abreu, Ernesto de Moura Brito. Foram igualmente alunos de Jacob Mueller-(...)-Teodósio Silveira da Mota, Alberto José Gonçalves, Cândido Ferreira de Abreu e outros mais, em classe onde se estudava, além das primeiras letras, gramática filosófica, latim, francês, inglês, geografia, história e alemão. A maior parte dos seus alunos - neste ano de 1870 - obteve aprovações plenas, muitas das quais "com louvor". (MARTINS, 1989: 203)

Em 1874, Cândido de Abreu transferiu-se para a Corte (Rio de Janeiro), Para dar prosseguimento aos seus estudos. Em 1879, matriculou-se no curso de Engenharia da Escola Politécnica (antiga Escola Central), onde chegou a preparador do gabinete do professor titular de física. Concluiu seu curso no ano de 1882, e já, no ano seguinte, iniciou sua carreira profissional na epopéia amazônica da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré como engenheiro de 1ª classe da Comissão de Exploração. Chegou a chefe de seção. O seu empenho nessa missão suicida onde:

"várias doenças tropicais, em especial a malária (ainda pouco conhecida pela ciência médica), atingiam de forma epidêmica as turmas de trabalho que se espalhavam ao longo do traçado da ferrovia. No momento final da debandada, dezoito meses depois de ter tido início o projeto, havia sete quilômetros de trilhos assentados, além do levantamento téc-

nico preliminar de 110 quilômetros, que ironicamente se interrompia junto às quedas conhecidas como Caldeirão do Inferno". (HARDMAN, 1988: 131)

valeu-lhe a condecoração imperial da "Ordem da Rosa", além de uma medalha da Sociedade Geográfica Brasileira.

Após trabalhar na Amazônia, atuou como inspetor de colonização no Rio Grande do Sul. Em 1885, retornou ao Rio de Janeiro e passou a atuar junto ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; dois anos mais tarde, em 1887, o Presidente da Província do Paraná, Alfredo d'Escragnole Taunay, convidou-o para assumir o cargo de diretor das Obras Públicas da Província, chegando a inspetor especial de terras e colonização. Ao examinarmos um relatório seu desse período, reparamos a nítida pretensão por parte de Cândido de Abreu em ser o mais "neutro" (científico) possível.

Permaneceu nesse cargo até ser nomeado, em 1890, chefe da Comissão de Saneamento de Campos, renunciando ao cargo antigo.

A proclamação da república no Brasil marcou um período de modernização na Capital paranaense; os ventos republicanos trouxeram uma instituição desconhecida pela população até então: eleição para prefeito. Até àquele momento, não existia nem a figura do prefeito, nem tampouco a eleição direta. Durante o período colonial e imperial, a cidade era governada pelas Câmaras Municipais, composta pelos "homens-

bons", os mais ricos, onde o Presidente era apenas o "primus inter pares" dos vereadores, e as deliberações eram tomadas por todo o colegiado.

Em 1892, Cândido de Abreu venceu a primeira eleição para prefeito da cidade de Curitiba.

Sua tendência draconiana frente ao Executivo Municipal teve suas raízes nesse seu primeiro mandato, que por sinal foi muito breve (11 meses); foram desse período a inauguração da luz elétrica e a revisão do Código de Posturas, com o escopo de implantar medidas saneadoras e embelezadoras na cidade, assim como o esquadrinhamento das construções dentro do perímetro urbano. Porém, as limitações impostas pelo Legislativo Municipal irritaram Cândido de Abreu, que encaminhou uma carta renunciando ao cargo. Foi ainda no mesmo ano, convidado pelo presidente do Estado, Francisco Xavier da Silva, a exercer o cargo de secretário de Obras Públicas.

No ano seguinte à renúncia, Cândido de Abreu foi convidado por Aarão Reis para fazer parte da Comissão Construtora de Belo Horizonte, nova capital mineira em substituição a Ouro Preto.

Ao final do mandato do "Marechal de Ferro" (Florianópolis Peixoto) na presidência, em 1894, Cândido de Abreu foi nomeado tenente coronel honorário do Exército, por destacados serviços prestados à causa republicana, inclusive adesão

às tropas legalistas quando da Revolução Federalista, num episódio com desdobramentos insólitos:

"Coube ao Dr. Cândido de Abreu a árdua missão de conduzir por terra um corpo expedicionário das forças que reconquistaram o Paraná, de Santos à Paranaquá, o que desempenhou satisfatoriamente. Regressando ao Rio de Janeiro, quando se deu a fuga dos revoltosos dos navios de guerra de Portugal, Floriano Peixoto consultou-o se aceitaria a missão de ir a Portugal, em missão secreta, chefiando um grupo de republicanos portugueses, no sentido de promover a imediata implantação do regime democrático na nação-mater. Cândido de Abreu respondeu que seus serviços estavam ao dispor da legalidade, onde e quando fosse preciso. A missão, porém, não foi desempenhada, tendo Floriano desistido da árdua empresa que desejava confiar a Cândido de Abreu". (LEÃO, 1926: 288)

O regime republicano só seria implantado em Portugal em 1910. Todavia, em 19 de fevereiro de 1908, grupos exaltados atiraram na Família Imperial, quando regressava da Vila Viçosa. O rei, D. Carlos I e o príncipe herdeiro D. Luís Felipe morreram no atentado. O infante D. Manuel assumiu o trono por apenas dois anos.

A experiência de Cândido de Abreu em Belo Horizonte fez com que ele entrasse em contacto com novas equipes de criação arquitetônica, despertando-lhe novos interesses e influências, principalmente pelo "Ecletismo Monumentalista",

divulgado pela Exposição Internacional de Paris. Esse estilo viria influenciar de sobremaneira a obra arquitetônica de Cândido de Abreu. Em Curitiba, ao final do século XIX, os projetos arquitetônicos influenciados pelos mestres alemães iam dando lugar a um estilo "mais leve"; Nestor Vitor, em seu livro "A Terra do Futuro", de 1912, onde ele relatava suas impressões sobre Curitiba, após quinze anos de ausência, fez o registro dessa tendência:

"Outra observação, logo de entrada: os prédios modernos já estão mais leves, mais elegantes do que quase totalidade dos que faziam no meu tempo, por influência dos mestres alemães. E isso concorre, não pouco, para desde logo degermanisar (sic) a cidade, aos nossos olhos, de nós outros que anteriormente a conhecemos". (VITOR, 1913: 115)

Cândido de Abreu e o arquiteto italiano Ernesto Guaita, formado pela escola de Engenharia Militar de Turim, foram os principais artífices dessa mudança de estilo na arquitetura curitibana.

Quando de seu retorno de Belo Horizonte, Cândido viria firmar-se como arquiteto. É desse período projetos audaciosos para a época, tais como a residência de sua irmã "Nenê" Miró, esposa do empresário do mate Manoel Miró, no Batel (demolida, hoje sede do banco Bamerindus). Seu maior projeto é, sem dúvida, o paradigma de construção de uma época: a residência de sua também irmã Maria Clara Leão, "Dona

Sinhazinha", esposa do ilustre empresário do mate Agostinho Leão Júnior. "Candinho", como Cândido de Abreu era conhecido nos círculos mais íntimos, inaugurou o estilo eclético com ornamentos "Art Nouveau" no Paraná. Kevin Lynch, em seu livro, já clássico, "A imagem da cidade", afirma que uma imagem do meio ambiente pode ser analisada em três componentes: identidade, estrutura e significado:

"Será útil imaginá-las num plano abstrato, com o fim de as analisar, pois na realidade, estas três componentes aparecem juntas. Uma imagem viável requer em primeiro lugar, a identificação de um objeto, o que implica sua distinção de outras coisas, o seu conhecimento como uma entidade separável. Falamos de identidade, mas não como no sentido de igualdade com outra coisa qualquer, mas significando individualidade, ou particularidade. Em segundo lugar, a imagem tem de incluir a relação estrutural ou espacial do objeto com o observador e com os outros objetos. Em último lugar, este objeto tem de ter para o observador um significado quer prático quer emocional. Isto significa que existe também uma relação, mas uma relação diferente da espacial ou estrutural". (LYNCH, 1980: 18)

Com efeito, a imagem síntese, em identidade, estrutura e significado, da nova maneira da burguesia ervateira morar, é a construção do Palacete Leão Júnior. Bem no espírito da "residência-monumento", ele foi projetado por Cândido

dido de Abreu, acatando as preferências do proprietário, para ser a moradia de seu cunhado e família. Localizado no antigo Boulevard 2 de Julho (atual avenida João Gualberto), denominação que mostrava uma homenagem aos patriotas baianos, em um apelo nacionalista, mas também um "ato falho", em relação às reformas parisienses durante o Segundo Império, essa construção surgiu com as melhorias decorrentes da construção do Passeio Público. O pai de Leão Júnior, o desembargador Agostinho Ermelino de Leão foi um dos primeiros moradores do Alto da Glória, onde mandou construir a Capela de Nossa Senhora da Glória. A construção do Palacete Leão Júnior (hoje sede da IBM), depois das obras de drenagem do Passeio Público não estaria mais sujeito aos alagamentos ocasionados pelo rio Belém. Construído no apogeu da prosperidade da erva-mate, ele é paradigmático, como afirmamos anteriormente, na forma de como a burguesia ervateira passou a se impor frente à sociedade circundante.

Cândido de Abreu atuou, nessa época ainda, também como secretário dos Negócios e Colonização, tendo destacado papel no assentamento de cento e trinta mil imigrantes, aproximadamente. Em 1899, foi nomeado por José Pereira Santos Andrade, presidente do Estado, secretário das Obras Públicas e Indústria, atuando em comissões de construção de estradas, medições de terras, elaboração de mapas do Paraná, ajudou a demarcar o terreno destinado ao "Gymnásio Paranaense" (hoje

Secretaria de Cultura do Paraná).

Em 1903, foi eleito deputado e em 1906, senador, cargo a que renunciou para assumir a frente da Prefeitura Municipal de Curitiba, fase de sua vida que não entraremos em detalhe aqui, por se tratar de assunto a ser tratado detalhadamente mais adiante.

Como profissional de sua área, seus projetos arquitetônicos identificavam-no ideologicamente com a classe social a qual pertencia, a burguesia; a Casa das Ferraduras, o "Belvedere" da praça João Cândido, as residências de Ascânio e Manoel Miró, o Palacete Leão Júnior, entre outros, espelham claramente isso. Mais ainda, seus projetos urbanísticos, mais especificamente a remodelação do quadro urbano de Curitiba durante sua segunda gestão, revelam-nos a total despreocupação de Cândido de Abreu para com os anseios e necessidades das camadas mais pobres da cidade.

Cândido de Abreu encerrou sua gestão como prefeito de Curitiba em 24 de fevereiro de 1916; atuou ainda como professor de Física Experimental na então recente Universidade do Paraná. Antes de morrer, em 22 de fevereiro de 1918, com 62 anos de idade, estava trabalhando nas comissões demarcadoras dos limites entre Paraná-São Paulo e Paraná-Santa Catarina. Deixou viúva Euphrosina Correia Ferreira de Abreu e órfã sua única filha, Zahyra de Abreu Machado Lima, esposa de Antonio Jorge Machado Lima, filho de Vicente Ma-

chado.

Atualmente, Cândido de Abreu é lembrado pelos curitibanos menos avisados, como o personagem que cedeu seu nome para a avenida que liga o centro da cidade com o bairro construído para sediar os aparelhos burocráticos estaduais e municipais (Centro Cívico). A avenida Cândido de Abreu localiza-se no antigo Boulevard Graciosa. No entanto, esse relacionamento entre Cândido de Abreu e a sede do poder não é acidental. Pierre Lavedan, ao analisar a relação entre o espaço da cidade com a memória da coletividade que nela habita, afirma:

"Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, mas ao mesmo tempo, ele se submete e se adapta às coisas materiais que resistem à transformação. Ele se fecha no ambiente que construiu. A imagem do meio exterior e as relações do grupo com este meio emergem como a própria idéia que faz de si próprio". (LAVEDAN, 1952: 68)

Indubitavelmente, Cândido de Abreu foi uma pessoa pública conservadora, entretanto, extremamente atuante, e um arquiteto construtor (como era chamado à época) altamente qualificado e competente em termos técnicos.

CAPÍTULO III

A "DITADURA" DE CÂNDIDO DE ABREU

A palavra para designar o chefe do executivo municipal deriva do latim "praefectus" (posto como chefe). Durante o Império Romano, o prefeito era quem, nomeado pelo governo central, governava uma cidade sob sua jurisdição.

A figura do administrador local não foi uma inovação dos romanos, os sátrapas persas, os lugares-tenentes do Faraó ou de Alexandre da Macedônia já desempenhavam tarefas de intendência.

Modernamente, as estruturas de governo local variam de país para país. Nos países de tradição britânica, as atribuições do "mayor" baseiam-se em presidir o órgão local, limitando-se muitas vezes, à atividades cerimoniais.

Já nos países de tradição latina o "prefeito" tende a se fortalecer, conduzindo a política local, cabendo a um colegiado a tarefa de deliberação de suas ações. O "maire" francês é um bom exemplo disso (não confundir com o "prefet", administrador dos departamentos franceses, correspondente no caso brasileiro ao governador de Estado), ele executa as ações propostas pelo colegiado, chefia a administração local e é ainda o representante legal do município. Na administração colonial espanhola havia a figura plenipotenciária do "alcaide".

Em muitas cidades dos Estados Unidos, Canadá, e

alguns países nórdicos ocorre a contratação pelo colegiado, por um certo tempo, de uma espécie de "sindico" da cidade, um administrador profissional, o "city manager", muito parecido com o "bürgermeister" (burgomestre) da Alemanha e da Bélgica. O que pode variar é o grau de envolvimento do city manager na política local.

No Brasil, como já foi visto anteriormente, a figura do prefeito só viria a surgir com o advento da República, seguindo a tradição latina, com amplos poderes.

Cândido de Abreu, apesar de ter sido o primeiro prefeito de Curitiba, na época da pesquisa, desistiu do cargo de senador para assumir a Prefeitura Municipal de Curitiba. Nomeado diretamente pelo presidente do Estado, Carlos Cavalcanti, tomou posse no ano de 1913 sem ter sido eleito. A justificativa, nas palavras do próprio Carlos Cavalcanti, em mensagem enviada ao Congresso Legislativo à 19 de fevereiro de 1913 era a seguinte:

"O regime instituído pela lei nº 1142 de 26 de março, conciliando o princípio da autonomia municipal com o da responsabilidade que inevitavelmente cabe ao governo pela situação da cidade que goza dos foros de sua sede, tornou da confiança do Poder Executivo o cargo de prefeito municipal."

Notamos, desde aquela época, a preocupação do governo do Estado com o fato de Curitiba ser a capital, e a necessidade de uma fusão política entre os governos estaduais e

municipais. Num quadro político desestabilizado, quer seja por movimentos messiânicos do tipo Contestado, quer seja pela articulação política dos imigrantes anarquista, as elites do Estado preferiam não correr o risco do sufrágio universal. Ainda na mesma mensagem do presidente Carlos Cavalcanti de Albuquerque:

"Não preciso encarecer as vantagens da transformação operada pela citada lei, na constituição do administrativo municipal, bastando salientar a de abrandar em grande parte os efeitos do partidarismo que, segundo a lamentável regra geral, dificultam-lhe a marcha, anulando em muitos casos, as mais admiráveis disposições".

Cândido Ferreira encaixava-se perfeitamente nesse projeto. Tanto suas origens "aristocráticas", como sua formação profissional, demonstradas em seu "Esboço Biográfico", conferiam-lhe todas prerrogativas para exercer tal função naquele dado momento histórico:

"Cargo de importância essencial para o futuro do nosso Estado, deveria ser exercido por um cidadão que reunisse qualidades de caráter, de competência e de prestígio tais que o indicassem capaz de realizar o plano de remodelação geral que vos eu havia prometido, para fazer verdadeiramente modelar e digno do Paraná, o seu primeiro município. Esse cidadão, tive a felicidade de encontrar no Senador Cândido Ferreira de Abreu que prontamente acedeu

ao convite do governo para desempenhar a difícil tarefa, mostrando mais uma vez que seu amor a esta terra só é comparável à superior e rara abnegação com que se desprende das comodidades e altas posições para prestar serviços ao torrão natal". (ALBUQUERQUE, ibidem: 1-2)

A fala do presidente do Estado é extremamente clara ao escolher Cândido de Abreu como seu "lugar-tenente", na Prefeitura Municipal de Curitiba e, ao afirmar que caberiam, naquele momento, responsabilidades por parte do Governo Estadual em tomar a frente diante das obrigações "de natureza municipal", tais como água, esgotos, iluminação pública e particular, em face da ineficiência dos serviços prestados até então. Em 1913, Curitiba contava com 2.371 instalações domiciliares de água e esgoto, para uma população de 65.000 habitantes, aproximadamente. Era realmente muito pouco. Se cada instalação servisse, em média, seis pessoas, três quartos da população curitibana, aproximadamente, não contariam com esse tipo de serviço. A "Empresa Paulista de Melhoramentos do Paraná" era a responsável pela captação dos mananciais e manutenção dos serviços, deixando bastante a desejar na qualidade das construções das redes de água e esgotos.

A iluminação pública e particular ficava a cargo da "The South Brazilian Railways Limited", e apesar dela não sofrer ataques tão diretos por parte do presidente do Estado, ele, inclusive, reconhecia, em 1913, "o grande aumento

de focos empregados"; mas, mesmo assim não era suficientemente proporcional à área que a cidade passava a exigir - talvez precisasse ser triplicado. Para atender essa demanda, sem onerar os cofres públicos, a Secretaria de Estado passou a reunir "preciosos dados", mantendo em vigor o contrato para o aproveitamento da força hidráulica das cachoeiras do Caiacanga, no rio Iguaçu. No entanto, a empresa concessionária não havia até aquele momento (fevereiro de 1913) "efetuado qualquer serviço indicativo de que mantém o propósito de utilizar aquela fonte de energia".

Diante desses dados, é possível notar que o Poder Executivo Estadual passou a assumir responsabilidades, em cooperação com o Poder Público Municipal, frente a uma disposição de serviços públicos precários e que deixavam muito a desejar. O plano remodelador era, sem sombra de dúvida, de elevadíssima monta, e foi encarado pelos Poderes Públicos Estadual, e concomitantemente, Municipal, como uma "missão inadiável, cuja responsabilidade eles não poderiam se abster.

Simultaneamente à nomeação de Cândido de Abreu como prefeito, foi instituída uma "Comissão de Melhoramentos da Capital", que conferia ao prefeito poderes "ditatoriais" na condução das reformas, fazendo com que ele dispusesse discricionariamente do aparelho administrativo municipal, sem nenhuma ingerência dos outros poderes constituídos. Al-

guns setores mais céticos vão chamar de "Despotismo Sanitário", pois o prefeito não iria abrir mão nem mesmo da violência para reurbanizar e higienizar (os dois termos acabaram se confundindo). Sobre isso, é clara a posição da historiadora Maria Ignês Mancini de Boni:

"Esse período de poderes extraordinários teve como fundamento legal o empréstimo de seis mil contos concedidos ao município pelo Governo do Estado, que viabilizaria ao prefeito os instrumentos para modernizar a Capital.

Conferia-se, assim, poder total ao Prefeito para que pudesse, sem os entraves de morosas discussões, e sem temporizações, concretizar os projetos de reurbanização da cidade pretendidos pelo Presidente Carlos Cavalcanti.

Reedita-se a máxima do "despotismo sanitário" - "violentar, não há menor dúvida". A violência, que se iniciou na própria esfera do poder, com a supressão da autonomia municipal, atingiu rapidamente o conjunto da população, especialmente as camadas populares.

Reurbanizar confunde-se nesse momento com higienizar, e para isso requeria não só a renovação estética, alargando ruas, ajardinando praças, cuidando de fachadas, requeria, principalmente, limpar a cidade e expulsar para longe do espaço, que se pretendia purificado, toda uma forma de existência miserável e fétida que se amontoava com o lixo nos velhos casarões". (BONI, 1985: 48)

Ao contrário da denominação grandiloquente das re-

formas parisienses durante o Segundo Império, sob o tacão do Barão de Haussmann, "As Grandes Obras" ("Les Grands Travaux"), no restante das cidades européias, e principalmente, a Inglaterra, as iniciativas de modernização dos quadros urbanos receberam a modesta, porém mais dissimulada, designação de "Melhoramentos". A respeito disso Regina Maria Proserpi Meyer esclarece:

"Os melhoramentos tiveram uma longa carreira nas metrópoles modernas. (...) a cidade de Londres no período georgiano, um século antes do surto modernizador, já detectava o caráter estratégico dos "trabalhos públicos" no conjunto da vida política. Interessados em detectar o "espírito e a prática" e, incluiríamos também, a função, destas intervenções, (...) o melhoramento ocorre quando um número suficiente de homens influentes são levados por razões políticas a agir de acordo com o espírito público. Uma coincidência entre os dois interesses - o coletivo e o político - os leva a buscar obter do poder público a permissão para realizar os melhoramentos". (MEYER, 1991: 217)

A noção de melhoramentos pode ser tão sutil, ardilosa e cínica que pode variar desde a iniciativa pura e simples de pavimentação e iluminação de uma rua, até um esforço hercúleo de se reestruturar o quadro urbano de uma cidade inteira.

A noção de melhoramentos que norteou o Prefeito

encaixou-se na segunda e era eminentemente permanente, pois ele e seus assessores não mediram esforços para afastar do centro da cidade a "ralé pestilenta e miserável" (não morigerada), metida em seus cortiços de madeira. Era melhor, sob a ótica das classes dominantes, deixar de conviver com a massa inconstante dos trabalhadores das fábricas de mate que faliam, com os imigrantes desiludidos com as colônias que lhes eram destinadas, com os caçaras que vinham arriscar uma vida melhor na Capital, com os trabalhadores da Estrada de Ferro, com os menores abandonados, com as prostitutas e seus câftens, com os camelôs, etc.

Os "Melhoramentos da Capital", como era chamada a coluna do jornal "A República" que narrava as reformas, não se constituíram em um conjunto de obras "isentas", sem importância. Curitiba, com essa administração de Cândido de Abreu, passava a se constituir uma outra cidade.

CAPÍTULO IV

OS MELHORAMENTOS DA CAPITAL

A falta de pavimentação em Curitiba era uma reclamação constante de seus habitantes desde o século XIX:

"A ausência de pavimentação não era total. Além de umas poucas quadras centrais, as câmaras costumavam construir 'cruzetas', quadrados pavimentados que cobriam apenas a intersecção das ruas, onde a lama costumava acumular-se. Todavia, segundo os moradores, isso era totalmente ineficiente, quando não contraproducente, pois as cruzetas apresavam as águas e transferiam o lamaçal para o meio das quadras".
(PEREIRA, 1990: 170)

Entretanto, se para as populações rurais que vêm à cidade esporadicamente, e estão acostumadas a conviver com o terreno descoberto e a lama após a chuva, a falta de calçamento não é nada grave, mas às pessoas que moram na cidade, o lodaçal e a poeira decorrentes da falta de calçamento é o maior sintoma de atraso de uma cidade. Em 1857, a Câmara Municipal de Curitiba havia contratado um engenheiro francês, Pierre Taulois, inspetor de terras e medições, para fornecer um detalhado estudo propondo uma série de mudanças, e uma das "anomalias" mais graves que ele apontou era a falta de calçamento nas ruas, chegou a fornecer um orçamento detalhado para corrigir tal fato.

Esse sentimento de repulsa ao terreno descoberto,

no espaço urbano, decorre muito dos cânones da cidade barroca, cujo pressuposto básico era a negação da natureza na cidade, através da racionalidade na sua organização, e também de uma nova relação que o habitante passava a ter com o local onde vivia: a "circulação", a "flânerie" ou o "footing" começavam a arraigar-se no cotidiano do curitibano da virada do século. Sobre isso Cláudio Denipoti esclarece-nos:

"As ruas de Curitiba estão sujeitas ao olhar do flâneur (...) já que isso era que se buscava para atribuir à cidade seu caráter urbano propriamente dito. Ao caminhar pelas ruas, o homem que agora já pode se perder na "multidão" crescente da cidade - a população cresce aproximadamente "60 famílias por mês", com cerca de 40 a 50 mil habitantes em 1911 - observa, escrutina e mapeia a própria cidade. Vê nos prédios recém construídos, os signos de um tempo desejado, que aponta para futuras novidades igualmente almejadas - entre as quais o calçamento urbano que permitirá ao flâneur não sujar suas roupas de lama ou poeira. Ele é o primeiro crítico que, gerado existencialmente pela multidão, envolvido por ela, a goza com prazer e se angustia com ela. O flâneur é o detetive inconsciente das ruas e da multidão que por elas passa, buscando ver em ambas os signos das rápidas mudanças que caracterizaram todo o mundo ocidental a partir do século XIX". (DENIPOTI, 1994: 07)

A primeira menção sobre a nomeação de Cândido de

Abreu, para o cargo de prefeito, apareceu no jornal "A República" em 22 de janeiro de 1913, em artigo onde eram ressaltadas as dificuldades dos poderes municipais em promover a reestruturação do quadro urbano.

Na verdade, a incumbência do Poder Público em conduzir os programas de reforma urbana em Curitiba não foi inovação dessa gestão. A primeira empreitada nesse sentido nos remete ao ouvidor Rafael Pires Pardinho, ainda no século XVIII. Português de nascimento, Pardinho foi o primeiro ouvidor geral de Curitiba, permanecendo na cidade entre 1720 e 1721, procurou, em seus "129 Provimentos", adequá-la aos moldes barrocos: arruamento retilíneo em grade ortogonal, quadras em volumetria única, ausência de vegetação - lembrar que a cidade deveria, por esse modelo, ser definida como oposição ao campo -, adensamento, principalmente. E foram esses provimentos que serviriam de inspiração das primeiras leis municipais de Curitiba e algumas cidades do interior. O Código de Posturas de 1895, da gestão de Cyro Persiano de Almeida Velloso, denotava a persistência dos legisladores em continuar a esquadriñar as mais particulares manifestações de seus habitantes. Analisemos apenas a divisão interna de seus 368 artigos:

Título I: "Limpeza da cidade, Tranquilidade e Segurança Públicas";

Título II: "Da Higiene e Salubridades Públicas";

- Título III: "Quadro Urbano";
- Título IV: "Dos Edifícios Ruinosos e Escavações";
- Título V: "Servidões";
- Título VI: "Comércio";
- Título VII: "Fábricas, Oficinas e Curtumes";
- Título VIII: "Casas de Jogos e Divertimentos Públicos";
- Título IX: "Mercado";
- Título X: "Matadouro Público, seu asseio e economia, açougues, condução de carne verde e de deveres do veterinário";
- Título XI: "Cemitério e Enterramentos"
- Título XII: "Rocio";
- Título XIII: "Estradas, caminhos, conservação de árvores e extinção de formigueiros";
- Título XIV: "Cercas";
- Título XV: "Agricultura e criação".

Dessa forma, esse Código de Posturas procurava determinar os padrões urbanos na cidade como um todo:

"É pertinente notar que as posturas municipais eram eficazes porque o não cumprimento de suas normas era passível de penalidade. Seus artigos especificam detalhadamente todos os pormenores das edificações, ruas, avenidas. Esta prática insere Curitiba nos mesmos ideais progressistas das outras cidades, essencialmente burgueses e cujos princípios eram: democracia, cultura, vir-

tude, beleza, bem-estar, confraternização, movimento, trabalho e lazer. Esses princípios colocam a cidade dentro da racionalidade exigida pelo desenvolvimento técnico e científico da época. A partir daí emergem profissões e funções; por exemplo, o saber do engenheiro passou a ser solicitado em detrimento do saber do mestre de obras, como em outras instâncias o saber médico se antagoniza com o saber da parteira, o saber farmacêutico como saber do manipulador de fórmulas". (GOUVEA & SCHAAF, 1991: 71)

As posturas municipais refletiam bem a dissociação existente entre as classes dominantes e as classes baixas da sociedade paranaense do início do século. Os vereadores legisladores, invariavelmente oriundos da elite campeira ou da burguesia urbana ervateira, num ponto "fechavam" politicamente, no que referia-se à completa rejeição do universo social das classes pobres. Nesse contexto, a legislação municipal e o aparato policial, inequivocadamente, iriam buscar no ordenamento jurídico do espaço urbano, introjetar uma ética compatível com o sistema produtivo, "morigerando" o trabalhador despossuído:

"Os relatórios transmitem uma preocupação muito grande com a ordem pública, uma preocupação em controlar, em classificar as pessoas. Na verdade, essa estatística policial, esse movimento das cadeias, esses crimes relatados, as prisões

por averiguações, os constantes pedidos de verbe e pessoal para a "manutenção da ordem", representam a importância que a elite dirigente dá ao "vigiar" a sociedade e ao "defender" a sociedade. "Manter a ordem", passa por "controlar a sociedade". Trabalhar essa documentação significa resgatar a atividade do aparelho estatal repressor e agente de controle social". (BONI, 1986: 135)

A década de dez, em termos de Curitiba, vai ser marcada por um grande crescimento populacional. A população da cidade passaria de aproximadamente 50.000 habitantes em 1900 para quase 60.000 em apenas dez anos. Isso acarretou uma série de problemas na estrutura urbana, que não havia acompanhado esse crescimento demográfico.

O ano de 1913 foi marcado pelo início da gestão de Cândido de Abreu e do "preparativo" para a reforma. As mudanças para o "novo tempo" começaram em 1º de março, com o projeto do camarista Jaime Balão para uma nova nomenclatura de algumas ruas da cidade. Dos logradouros que aparecerão doravante, alguns não preservam o mesmo nome atualmente:

Travessa do Mercado: Praça Zacarias;

Rua Ivahi: Av. Getúlio Vargas;

Rua 1º de Março: Rua Monsenhor Celso;

Rua Alegre: Rua Cândido de Leão

Av. Graciosa: Av. João Gualberto, Av. Munhoz da Rocha e Av.

Erasto Gaertner;

Rua Conselheiro Barradas: Rua Carlos Cavalcanti;
Rua Aquidabam: Rua Emiliano Pernetá;
Beco Marumby: Tr. Tobias de Macedo;
Rua América: Rua Trajano Reis;
Praça da República: Praça Rui Barbosa;
Rua Itararé: Rua Xavier da Silva;
Rua Garibaldi: Rua Presidente Faria;
Rua Assunguy: Rua Mateus Leme;
Rua Ratcliff: Rua Des. Westphalen;
Rua Conselheiro Carrão: Rua Mateus Leme (outra parte);
Rua Misericórdia: Rua André de Barros;

Não obtivemos os nomes atuais dos seguintes logradouros: Largo do Passeio, Largo Dr. Faria e Rua 29 de Agosto. Por razões metodológicas, utilizaremos a nomenclatura da época. Os logradouros que não são citados na lista supra preservam os mesmos nomes até os dias atuais.

Dentre as definições de cidade é provavelmente a "Pólis" a que melhor expressa a dimensão política do espaço urbano. A pólis era muito mais uma prática política exercida pelos cidadãos atenienses (eupátridas) do que um espaço geográfico, propriamente dito. Lá, o centro do poder estava na ágora, praça das decisões, onde a democracia era exercida de forma direta. Na evolução histórica das estruturas urbanas, a centralidade do poder sempre teve um lugar próprio, por exemplo, a praça da igreja nos burgos medievais, ou a "Plaza

de Armas" das cidades coloniais espanholas no continente americano. Em Curitiba, esta apropriação simbólica do terreno público, dentro de uma divisão territorial do trabalho, localizava-se na antiga rua da Liberdade, onde eram abrigados o Palácio do Congresso (hoje Câmara Municipal), o Palácio do Governo (hoje Museu da Imagem e do Som), a antiga garagem dos bondes (hoje Slavieiro Automóveis), e era também a rua da antiga Estação Ferroviária e do "Grande Hotel Moderno", que figurou por muito tempo como "sala de visitas da cidade". Foi construído numa política de isenção de impostos por sete anos para quem se dispusesse a criar serviços, durante a gestão de João Antonio Xavier.

Dentro dessa especialização funcional e espacial que definia um centro urbano, a "Rua do Poder" passou a se chamar, em 1912, rua Barão do Rio Branco (nome que preserva até os dias atuais), e em 1916, bem no espírito de complementaridade dos poderes estaduais e municipais, passou a abrigar o Paço Municipal.

Os vestígios de uma intensificação nos trabalhos de construção, reconstrução e melhoramentos por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), se fizeram sentir no início do mês de abril de 1913; no mês de março desse mesmo ano foram feitas 71 transferências de terrenos, 35 plantas e 31 divisões e sub divisões. No mesmo mês de abril foi feita a macadamização de vários trechos da estrada do Batel, prin-

cipalmente nos desvios da linha de bondes e nos pontos de parada onde, quando chovia, era dificultado o acesso de veículos. Em sessão aberta da Câmara Municipal do dia 18 de abril de 1913, Pedro Pacheco da Silva Netto pediu a prorrogação do prazo para apresentação da planta do teatro que pretendia construir na cidade. Cláudio Denipoti em sua dissertação de mestrado, "Páginas de prazer; a sexualidade através da leitura no início do século", teceu considerações bem pertinentes à relação entre a reforma urbana e a edificação de espaços culturais, em Curitiba, no período aludido:

"Simultaneamente, a cidade está sendo urbanizada em uma tentativa de disciplinar a população urbana em torno de uma idéia de civilização e de sociedade do pensamento iluminista e, particularmente, das idéias positivistas. Para muitas das pessoas envolvidas ou comprometidas com essa idéia, o processo civilizatório passava necessariamente por instituições de ensino eficientes e pelo livre acesso aos livros, através de bibliotecas particulares, de instituições - como é o caso da biblioteca do Clube Curitibano, preocupação constante dos dirigentes desse clube - e de uma biblioteca pública". (DENIPOTI, 1994: 16)

Nesse novo contexto, passou a ser definido em Curitiba, um complexo de expressões cuja complexidade e escala só podem aparecer no cenário urbano, chamaremos esse conjunto de manifestações de "cultura urbana", e temos

que levar em conta o ambiente, o modo de vida e o comportamento das pessoas citadinas, aquilo que o filósofo George Simmel, sociólogo britânico, constatou em seu famoso artigo "A Metrópole e a vida mental": "o fundamento psicológico sobre o qual se cria o tipo de individualidade das grandes cidades é a intensificação da estimulação nervosa que resulta na mudança rápida e ininterrupta dos estímulos externos e internos". A principal característica da cultura urbana está exatamente na escala, no grau de complexidade e no tipo de cultura que a cidade produz.

A cultura, nesse sentido, não é sinônimo do conjunto de atitudes urbanas e sim das manifestações culturais (pintura, teatro, poesia, etc.) do modo de vida que passam a exigir a multiplicidade de espaços para serem expressas. E mais, são expressões de uma "elite civilizadora", (retomando as considerações de Denipoti), que precisam criar um aparato cultural distinto ao da "plebe ignara" e que façam transparecer não só uma cidade moderna, mas também ilustrada. Para tanto, concomitante aos "Melhoramentos da Capital", passam a ser edificadas espaços culturais, os mais variados: bibliotecas (públicas e privadas), teatros, "salões cinematográficos", parques, escolas, e talvez o mais importante de todos: a Universidade do Paraná, fundada em 1912, sob a liderança de Nilo Cairo e Vitor do Amaral, tendo suas primeiras instalações na rua Comendador Araújo (hoje Omar

Shopping).

Uma das formas de pavimentação mais utilizadas foi a macadamização, sistema de calçamento criado pelo engenheiro escocês John Loudon Mac Adam (1758-1836), que consiste numa camada de pedra britada, com aproximadamente 30 centímetros de espessura, aglutinada e compactada, semelhante ao calçamento das quadras de tênis.

Em maio de 1913, a "The South Brazilian Railways Company" conseguiu a prorrogação do prazo, junto à Câmara Municipal, na substituição dos postes de madeira por outros de ferro, para o fornecimento de energia elétrica a particulares, para quatro anos.

A empreitada de Cândido de Abreu assumiu ares de campanha militar - é comum o termos "atacar" para se referir aos trabalhos encampados. Não só por isso, a Comissão de Melhoramentos tinha objetivo "de guerra" bem definido: "sanear a cidade", senão de um opositor declarado, mas muitas vezes de um inimigo a quem se referia de forma velada: a "ralé" suja e mal cheirosa que "enfeia" (sic) a cidade. Para tanto, a própria Comissão tinha uma organização interna extremamente hierarquizada, assemelhada a um exército, onde o comandante era o Prefeito.

No mês de maio de 1913, o Prefeito ordenou que os andaimes das construções ocupassem apenas um metro do calçamento, para não atrapalhar o trânsito público. A PMC passou

a atacar o serviço de reconstrução das ruas Saldanha Maranhão, Matadouro Velho, XV de Novembro e Marechal Deodoro. Os moradores da rua Cruzeiro protestavam por já estarem há dois dias sem água. Na verdade, observamos que daqui para frente, na coluna "Melhoramentos da Capital" do jornal "A República" todas as obras são minuciosamente descritas, quadra por quadra, em extensão (em metros quadrados) e a quantidade de material (em metros cúbicos).

O "ataque" às obras iniciaram em junho de 1913, quando a PMC construiu as calçadas da rua 10 de Março, entre rua XV de Novembro e Praça Tiradentes, utilizando os meios fios existentes. Iniciou-se o funcionamento das cortinas dos bondes elétricos. Os moradores da rua Senador Laurindo solicitaram fios de iluminação elétrica, tapação de buracos e reparos no pontilhão. O cidadão M.R.C. (não identificado) foi multado por ter construído em total desacordo com a planta aprovada pela Prefeitura. A "South Brazilian" foi intimada, pela diretoria de obras municipais, a retirar barracão que se achava armado na rua da Lapa. Iniciavam-se, também, as aberturas de concorrência pública para construção do edifício destinado ao Palácio de Justiça, que não deveria exceder o orçamento de 300\$000 (Contos de Réis); prorrogada a concorrência para o fornecimento de ferragens destinadas à canalização do rio Ivo. Obra essa que, até os dias atuais (1996), tem sido objeto de esforços municipais, como recen-

tes obras de saneamento promovidas pelo prefeito Rafael Greca de Macedo. O rio Ivo, cuja designação refere-se a um antigo morador de Curitiba - "terreno do Ivo" - que residia no final da atual rua Emiliano Pernetta, teve desde o início do século seu curso mudado e sua atual canalização fica sob a avenida Vicente Machado.

Os equipamentos mais sofisticados da empreitada foram encomendados na Europa, em sua maioria, como é o caso de dois compressores, que no dia 16 de junho de 1913 haviam sido embarcados com destino a Paranaguá.

Esses equipamentos importados são signos de uma civilização, e as suas origens acentuam bem esse referencial. A "urbs", que insistia em se renovar, se fortalecia com os Melhoramentos e procurava apontar para um futuro em constante mudança. Assim, compressores, britadeiras, betoneiras, guindastes, são metáforas da criação de um novo tempo e são fetichizados pela maioria da população. No entanto, olhares mais sensíveis e atentos perpetuam a devastação cultural ocasionada pela perda dos referenciais que a memória individual possuía da cidade. Os exemplos abundam. Quer seja o poeta Charles Baudelaire na sua Paris vilipendiada por Haussmann:

"Paris muda! mas nada em minha
nostalgia
Mudou! novos palácios, andai-
mes, lajedos,
Velhos subúrbios, tudo em mim
é alegoria,

E essas lembranças pesam mais
do que rochedos.

(BAUDELAIRE, 1985: 326)

Quer seja o jovem Marshall Berman indignado com os
"golpes de cutelo" que o prefeito Robert Moses insistia em
abrir em Nova Iorque:

"Dez minutos nesta estrada, um
suplício para qualquer pessoa,
são especialmente horríveis
para aqueles que relembram o
Bronx como costumava ser; que
recordam essas cercanias como
foram um dia, e vicejaram, an-
tes que essa mesma estrada
trespassasse seu coração e fi-
zesse do Bronx, acima de tudo,
um lugar do qual se quer sair.
Para as crianças do Bronx, co-
mo eu próprio, a estrada traz
uma carga de particular iro-
nia: à medida que voamos atra-
vés de nosso mundo de infân-
cia, pressurosos de fugir, a-
liviados por vislumbrar o fim
à vista, não somos meros es-
pectadores mas participantes
ativos no processo de destrui-
ção que lacera nossos cora-
ções. Contemos as lágrimas e
pisamos fundo no acelerador".
(BERMAN, 1986: 275/276)

Ou no relato apaixonado de Nestor Vitor em conver-
sa com o escritor Emiliano Pernetta, atônito com as mudanças
que já anunciavam o que estava por vir em Curitiba:

"Aquelas pitorescas chácaras
que outrora já perderam o seu
caráter vivamente campestre,
enfileiradas agora em ruas re-
gulares com outros prédios,
que lhes empobreceram a atmos-
fera e em muitos casos tira-

ram-lhes grande parte do terreno. Estão desaparecendo os leves chalés de madeira, e rejeitam ainda mais as pobres casinhas encardidas, de telhas de tábuas, cujo aspecto, às vezes, era miserando.

-Os pobres e os sapos vão indo cada vez para mais longe, dizia-me Emiliano Pernetta com a perversidade de quem não quer perder uma boa frase, tanto mais quando, realmente, ela bem resumia a situação. Está aí o motivo principal, acrescentou, porque não achas mais na cidade esse cheiro campestre de que me falas, e de que eu me recordo: com os pobres vão-se distanciando também as culturas". (VITOR, 1913: 127)

Apesar dessas vozes dissonantes, o projeto modernizador não foi sensibilizado. Prosseguia independente (não em oposição) do passado e da memória, mas em seu detrimento, rumo a um futuro promissor.

No mês de junho de 1913 ainda foram organizados os projetos de calçamento das ruas Ébano Pereira, Ermelino de Leão, Colombo e Cabral. Era iniciado o calçamento da rua Marechal Floriano com a chegada da primeira remessa de paralelepípedos. Interessante, é chamar os blocos de pedras, em forma de "hexaedro cujas faces opostas são paralelas e congruentes", que revestem as ruas, de "paralelepípedos", termo extremamente técnico. Isso é comum em Curitiba até os dias atuais, o que já não ocorre em outras cidades onde tal material é, geralmente, chamado de "bloco". Isso indica que a

terminologia técnica das reformas marcou fundo o imaginário e o vocabulário dos curitibanos.

No dia 23 desse mesmo mês, aparecia um artigo enaltecedor intitulado "Curitiba Progride!", exaltando as mudanças de suas praças, ruas e edifícios. O primeiro semestre de 1913 foi encerrado com a construção de uma casa para abrigar o automóvel compressor na rua Bom Jesus. A Empresa Paulista de Melhoramentos previnha o público diante do decréscimo nos reservatórios de água, a PMC punha em funcionamento um carro irrigador automático. Por fim, a PMC anunciava que após a conclusão do prédio novo a ser construído à rua 19 de Março, iria retirar as colunas desalinhadas.

O segundo semestre de 1913 inaugurou as visitas pessoais do Prefeito aos locais em obra: em 19 de julho ele visitou os pontos onde passaria a Avenida do Contorno e as diversas zonas de calçamento da cidade. No dia 24 desse mesmo mês, entrava na Câmara projeto de lei que autorizava o prefeito a tomar "medidas urgentes" contra a falta de água, podendo assim fazer a abertura de poços artesianos.

Uma das exigências fundamentais de uma cidade capitalista é a circulação de mercadorias. As atividades a ela ligadas são dominantes, transformando as relações sociais dos seus habitantes. Abrir avenidas neste contexto é fundamental. O sistema de circulação em Curitiba, no início do século, estava voltado para o transporte da produção agríco-

la, do cinturão verde das colônias ao redor da cidade, para os pontos de comércio; e do escoamento da produção do mate para a estação ferroviária e, desta, para o porto de Parana-guá. O transporte coletivo, naquela época, consistia em alguns bondes puxados por animais. A eletrificação destas linhas só ocorreu na segunda gestão de Cândido de Abreu.

"Só que, ao contrário do que parece, eles não se destinavam ao transporte de operários, mas de membros das classes dominantes: a primeira linha inaugurada ligava o Alto da Glória ao Batel (que eram os dois bairros mais elegantes da cidade). No apagar das luzes do império a burguesia curitibana resolve valorizar um pouco mais a área próxima dos seus locais de residência. Próximo ao Alto da Glória surge o Passeio Público, o primeiro parque público da cidade, que de público mesmo tinha muito pouco. Destinava-se ostensivamente ao lazer da elite, cerceando o acesso dos operários e do povo mais humilde, seja através da cobrança de ingresso, seja através da exigência de uso sapatos feita a seus frequentadores". (OLIVEIRA, 1994: 05)

No dia 30 de julho de 1913, o Prefeito apresentou os projetos do parque municipal, do teatro, do Palácio Municipal, da avenida do Contorno, do novo mercado: o parque municipal seria construído no lugar do Passeio Público, com a introdução de pontos de recreio e a supressão de canais, sendo cortado apenas pelo curso normal do rio Belém. Curio-

so, o Passeio Público foi construído ainda na década de 1880, sob a administração de Alfredo Taunay, com o intuito de se combaterem os "miasmas deletérios" (bem ao espírito dos ditames da saúde pública da época), de preservar a "salubridade do ar". O custeio das obras ficou parcialmente às expensas dos barões dos mate, cujo interesse era valorizar a região da cidade por eles escolhida para fixar residência.

O teatro Guaíra deveria abrigar 1.200 lugares, tal espaço chamava-se até 1900, teatro São Theodoro, e havia sido fundado em 1884, na rua Dr. Muricy; Palácio Municipal deveria ser em estilo "Art Nouveau", seria construído na praça Santos Andrade (acabou sendo construído na praça Generoso Marques); avenida do Contorno, com 14 quilômetros de extensão e 16 metros de largura, cortaria todas as ruas que extremavam a cidade; o Novo Mercado, todo em ferro, em estilo moderno, seria construído no triângulo formado pelas ruas Comendador Araújo, Coronel Dulcídio e o ramal que iria para os engenhos "Macedo" e "Iguaçu".

No dia 5 de agosto, figurava anúncio para um ato público que tinha como objetivo a apresentação das plantas da construção do Palácio Municipal prevista para a praça Santos Andrade, cuja concorrência pública estaria aberta no dia seguinte, 6.

Era iniciado também, a 5 de agosto de 1913, o serviço de movimentação de terras na rua Saldanha Marinho.

A modernização de Curitiba foi uma empreitada que envolveu não só recursos locais; em agosto de 1913, o Prefeito pediu ao ministro da viação, Barbosa Gonçalves, a cessão de trilhos retirados da serra, da ferrovia de Paranaguá, para utilizá-los nas obras de cobertura do rio Ivo. Nesse período, foram efetuadas melhorias na iluminação pública com a substituição das lâmpadas de filamento de carvão, por de filamento metálico. As demolições davam cabo dos prédios onde funcionavam a farmácia Oncken e o armazém Afonso Pena, na Praça Municipal.

Era comum, naquela época, firmas estrangeiras se interessarem por concorrências no Brasil; para tanto mantinham nomes ingleses, mas com referência ao local onde se instalariam, o caso mais claro era o da "The South Brazilian Railways Company", vista anteriormente. Em setembro desse mesmo ano, a "American and Brazilian Engineering Company" apresentava proposta, junto à PMC, para a construção de novo mercado à praça 19 de Dezembro e, logo em seguida, foi divulgada a divisão dos trabalhos técnicos dos concorrentes para a construção do referido mercado: em primeiro lugar, a American and Brazilian Engineering Company e em segundo lugar, a Langer Colle e Cia.

As atividades do segundo semestre de 1913 terminaram com a abertura de concorrência, por parte da PMC, para nivelamento, macadamização e calçamento de várias ruas; com

a aquisição de mais dois auto compressores de onze toneladas cada um, na Inglaterra; com a construção de um portão lateral no muro do cemitério; com a assinatura, com Ângelo Zinni, de um contrato para fornecimento de paralelepípedos e pedras brutas para a reforma da cidade; estavam sendo terminadas as demolições dos prédios onde funcionavam a farmácia Internacional (rua Riachuelo), o Grande Hotel (esquina da XV com Rio Branco), e armazém Afonso Pena; havia aviso de início de demolição do prédio onde funcionava uma cervejaria à rua Mal. Deodoro, esquina com a Rio Branco; estava a caminho uma betoneira vinda de Nova Iorque; a PMC atacou, em novembro, o serviço de alargamento da avenida do Portão, de acordo com os projetos, ficando ela com 18 metros de largura; eram reiniciadas as obras de macadamização da rua Assunguy, nas partes que ainda não tinham sido concluídas; havia sido designada pela PMC uma turma de trabalhadores para o serviço de terra e macadamização da rua Ébano Pereira. Os trabalhos no ano de 1913 findavam com o calçamento da própria Ébano Pereira, cujo nivelamento estava concluído.

O ano de 1914 iniciou-se com um abaixo-assinado dos moradores da travessa Cruz Machado, para chamar a atenção da Empresa de Melhoramentos, para um cano de esgotos que há muitos dias achava-se vazando. No final de janeiro foram atestadas as seguintes obras: início da movimentação de terras na rua Visconde do Rio Branco, no trecho entre Saldanha

Marinho e Carlos de Carvalho; conclusão da terraplenagem da Brigadeiro Franco e Dez. Motta; cobertura, em cimento armado, da passagem do rio Ivo sob a rua João Negrão; início da terraplenagem da av. Visc. de Guarapuava, entre Mal. Floriano e Dr. Muricy; a ligação da rua Alferes Poli, pela Iguaçu, ao grande "vallo" da rua Ratcliff; pela A. Poli seriam encaminhados, ao longo da Agua Verde, as águas da av. Sete de Setembro.

No dia 30 de janeiro, a Comissão de Melhoramentos divulgava o número de 519 trabalhadores envolvidos em obras públicas, na Capital.

No dia seguinte à referida divulgação (31 jan.) eram relacionados os seguintes "Melhoramentos Municipais" à guisa de balanço do ano anterior: Av. João Gualberto, macadamização completa, desde o rio Belém ao limite do quadro urbano, arborização, aterro completo das margens macadamizadas, cobertura pronta do rio Belém; rua Barão do Cerro Azul, macadamização completa entre a Cons. Barradas e a Inácio Lustosa; praça 19 de Dezembro, pronto o muro de arrimo da rua Barão do Cerro Azul, mercado de madeira quase pronto, terraplenagem adiantada; rua Padre Antonio, terraplenagem concluída; av. Assunguy, macadamização completa desde a I-tararé até o rio Belém; av. Gal. Carneiro, terraplenagem adiantada; rua João Negrão, quase pronto o calçamento com paralelepípedos; av. Sete de Setembro, entre travessa da La-

pa e rua Cons. Laurindo, terraplenagem concluída; largo Bom Jesus, terraplenagem adiantada; av. Afonso Pena, terraplenagem adiantada, entre o trecho do Capanema e Sete de Setembro, sendo a terra aproveitada no largo Bom Jesus; av. Lourenço Pinto, terraplenagem adiantada, reparo no leito da avenida com o macadame concluído entre Sete de Setembro e a Visc. de Guarapuava, início da terraplenagem entre João Negro e Cons. Laurindo; al. Dr. Muricy, bueiros prontos e terraplenagem quase concluída no trecho da praça Zacarias e Visc. de Guarapuava; rua Misericórdia, um lado macadamizado, o outro em andamento; rua José Loureiro, pronto o calçamento de paralelepípedos entre Mal. Floriano e a 19 de Março; rua 19 de Março, pronto o calçamento a paralelepípedos entre a Pedro Ivo e a José Loureiro, serviço interrompido judicial (sic) entre Deodoro e José Loureiro; Rua Pedro Ivo, macadamização, calçamento e trecho interrompido judicialmente; Ébano Pereira, terraplenagem concluída entre Cândido Lopes e Cruz Machado; Cândido Lopes, entre Ébano Pereira e Ermelino de Leão, terraplenagem concluída; Ermelino de Leão, terraplenagem concluída entre Cândido Lopes e Cruz Machado e quase concluída entre Cruz machado e Saldanha Marinho; muros da travessia do rio Ivo, prontos para reabertura e cobertura; rua Cruz Machado, entre Ermelino de Leão e Ébano Pereira em início de terraplenagem; rua Saldanha Marinho, entre Ébano Pereira e Dez. Motta, macadamização concluída, faltando al-

guns retoques, além da Dez.Motta havia terraplenagem bem adiantada; rua Cabral, terraplenagem adiantada, entre Saldanha Marinho e Carlos de Carvalho; canalização do rio Bigorriho; rua Visconde do Rio Branco, terraplenagem iniciada entre Carlos de Carvalho e Augusto Stelfeld e quase concluída entre Carlos de Carvalho e Vicente Machado; rua Brigadeiro Franco, concluída a terraplenagem entre Saldanha Marinho e Carlos de Carvalho e iniciada entre Saldanha Marinho e Augusto Stelfeld; rua Dez. Motta, concluída terraplenagem entre Saldanha Marinho e Vicente Machado e iniciada entre Vicente Machado e al. Isabel; rua Buenos Aires, iniciada a terraplenagem entre Com. Araújo e Dr. Pedrosa; Carlos de Carvalho, pronta a terraplenagem entre al. Cabral e Dez. Motta; Vicente Machado, iniciada a terraplenagem a partir da praça Osório; praça Osório, terraplenagem quase concluída; praça Carlos Gomes, idem; praça Eufrásio Correia, ibidem; rua Ratcliff, entre Campo da Agua Verde e av. Iguaçu, abertura de vala para escoamento de águas pluviais da zona sudeste da cidade. Já no início de fevereiro de 1914, encontravam-se 600 operários trabalhando.

Podemos reparar, nesse primeiro levantamento pormenorizado, a preocupação da PMC em divulgar através do jornal, cada quadra trabalhada, macadamizada ou terraplenada, enfim "melhorada". Notamos que os trechos embargados judicialmente são poucos, pois a concepção de propriedade pri-

vada do solo passou a ser contraposta com a de "interesse coletivo". A legislação municipal durante a "Ditadura de Cândido de Abreu" passou a conceder à municipalidade poderes efetivos de planificação e intervenção urbanística.

Esse primeiro registro literal das reformas, e ele será o único, como nos é apresentado por "A República", representa bem a forma com a qual o grupo dominante as encarava:

"Porque os jornais definem papéis sociais, entendemos que o destinatário está presente o tempo todo, ora fornecendo os parâmetros do discurso através da idealização que o emissor faz dele, ora como tipo padrão de leitor que o emissor quer formar". (VIEIRA et alii, 1989: 54)

Partindo dessa constatação, a representação do real que o referido jornal fez, tem seu lugar social no projeto encetado pelas camadas dominantes, que iriam buscar uma concepção de reforma urbana impregnada de ideais pragmáticos, racionais e científicos. A descrição da reforma era a mais objetiva possível, limitada apenas pela ação da própria PMC, e sua eficácia era ela própria quem determinava. Ou melhor, o projeto modernizador é uma prática discursiva onde os outros projetos sociais viriam a ser silenciados e excluídos.

Não iremos prosseguir na narrativa das reformas "mês a mês", "quadra a quadra", o que deixaria nosso traba-

lho enfadonho. Em relação às "políticas públicas" do período, além das intervenções físicas na cidade, podemos destacar a hierarquização das regiões da cidade. A zona central foi o palco das reformas estudadas nesse trabalho; era onde a fiscalização tornava-se mais rigorosa e as edificações deveriam ser de alvenaria. A segunda zona era destinada às indústrias e a terceira, às moradias dos operários e pequenos sitiantes. Sobre isso Carlos Augusto Benkendorf esclarece:

"O quadro urbano de 1911 foi constituído em 3 zonas sob a forma de anéis concêntricos dividindo parcialmente a cidade entre ricos e pobres. A 1ª zona era constituída pelas áreas centrais de Curitiba, com exceção da av. Batel e da rua João Gualberto, consideradas como residenciais. A 2ª zona e a 3ª zona obedeciam ao mesmo sentido anelar, alargando-se cada vez mais para a periferia da cidade. (...) A 1ª zona era a que tinha melhores condições em todos os sentidos."
(BENKENDORF, 1989: 77)

Nesse contexto, o ideal de higienizar o município foi levado a cabo, com a criação do "Laboratório de Analyses Químicas e Microscópicas, com o intuito de submeter os gêneros alimentícios e a saúde pública a uma fiscalização efetiva. Após a fundação desse laboratório, foi criada a "Fundação Gota de Leite" e o "Instituto de Proteção e Assistência à Infância", em 1913.

As reformas prosseguiram freneticamente por todo o

ano de 1914 e maior parte de 1915.

Outubro de 1915 foi o mês das conclusões das obras de reforma urbanística. Doravante, será comum a expressão "foi entregue ao trânsito público". É, praticamente o último mês da pesquisa. Neste mês, a Comissão de Melhoramentos da PMC encaminhou mensagem "pela descrição dos trabalhos que faço sucintamente" sobre as macadamizações concluídas: 41 quadras de avenidas, alamedas, ruas, travessas, largos e 2 praças; em fase de conclusão de macadamização: 25 quadras e 1 praça; revestimento em paralelepípedos concluídos: 26 quadras de ruas, 9 "faces" de praças; modificações na linha de bondes: praça Zacarias, praça Osório, XV de Novembro, Oliveira Bello, Voluntários da Pátria e América. No dia 19 desse mesmo mês, ao final do tradicional relato dos trabalhos havia um resumo:

"considerado cada quadra, cada faixa remendada (sic) como uma rua (nas avenidas Iguazu e outras, essas têm uma largura de 8 metros e 50 centímetros) obtemos um total de 254 faixas macadamizadas, revestidas a paralelepípedos e recalçadas além de 50 em andamento adiantado, o que resulta o elevado total de 304 faixas".

No dia seguinte (20 de outubro) o levantamento prosseguia:

"infere-se, desse mesmo quadro, terem sido calçadas, recalçadas e macadamizadas vias públicas numa área total de 272.163,64 m² e macadamizadas

e ensaibradas avenidas, praças e refúgios numa área total de 21.360,96 m², isto é, uma média mensa de mais de 10.000 m² nos 28 meses de trabalho efetivo de acordo com a sua soma total de revestimento que dá 293.524,60 m². Tendo fixado em 300.000 m² a área a revestir, segue-se que já está quase atingido esse desideratum e que será ele regularmente ultrapassado".

Terraplenagem: haviam sido feitos os cortes e aterros mais necessários, o volume total de terras movidas (cubado nos cortes) até 30 de setembro, atingia a cifra de quase 300.000 m³, assim discriminados:

1913=	78.887,040 m ³
1914=	115.891,216 m ³
1915=	77.634,989 m ³
TOTAL=	<hr/> 272.413,245 m ³

A maior parte desse serviço foi feita por pequenos tarefeiros, aos quais se pagou 800 réis o m³ pelo corte medido no mesmo, além de 400 réis pelo transporte de até 50 metros de distância, incluídos carga e descarga e mais 1 real por m³ e por metro linear de transporte médio, quando excedesse a 50 metros.

Passeios: prosseguia normalmente sua execução, estava sendo concluído o de tipo "petit-pavê" na praça Osório. Terminado também o exterior a cimento da praça Zacarias e em andamento o das áreas internas, também a cimento. Em conclusão o exterior a cimento da praça Eufrásio Correia. Bem adi-

antado o ladrilhamento das ruas Barão de Rio Branco, Aquidabam e Riachuelo; a petit-pavê, pelos próprios proprietários, as ruas Com. Araújo e Dr. Muricy al. Jesuino Marcondes e a cimento, na Saldanha Marinho.

Materiais: continuavam a ser adquiridos em concorrência pública os materiais necessários para a conclusão das obras. O resumo e o diagrama a seguir dão nitidamente a proporção de cada um dos cinco materiais (*) mais utilizados:

- 1) Paralelepípedos: 3.396.993 unidades
- 2) Macadam: 39.704 m³
- 3) Saibro: 19.096.690 m³
- 4) Areia: 17.813.900 m³
- 5) Pedra-bruta: 15.350.362 m³

*	Méd/Mês 1913	Méd/Mês 1914	Méd/Mês 1915	Méd/Mês Ger.
1	91.094 un.	172.664 un.	43.038 un.	108.709 un.
2	889 m ³	966 m ³	2.134 m ³	1.280 m ³
3	593.387 m ³	691.680 m ³	640.294 m ³	616.022 m ³
4	184.295 m ³	877.713 m ³	555.709 m ³	524.642 m ³
5	480.715 m ³	662.114 m ³	330.539 m ³	495.173 m ³

1913: 10 meses de trabalhos

1914: 12 meses de trabalhos

1915: 9 meses de trabalhos

TOTAL: 31 meses de trabalhos

Com relação aos rios, bueiros e galerias pluviais, o estado das obras, ao final de outubro de 1915, era o seguinte: Rio Belém, canalizado nas suas travessas pelas av. Graciosa e João Gualberto, sendo a cobertura, na primeira delas, com cimento armado e, na segunda, com arco abatido de

tijolos, estes aproveitados de diversos prédios desapropriados e demolidos; extensão canalizada: 58,4 m; canalização e cobertura de cimento armado na sua travessia da Amintas de Barros, XV de Novembro, Mal. Deodoro, Benjamin Constant e Misericórdia, extensão canalizada e coberta: 91,66 m; canalização e cobertura de cimento armado na sua travessia pela Pedro Ivo, extensão canalizada: 18,6 m; abertura do canal, em terra, pouco antes da Amintas de Barros, a juzante, pelo eixo da Mariano Torres, até encontrar o antigo leito, além da Misericórdia, extensão do canal: 687,5 m; volume escavado: 612,54 m³; braço do rio Belém, canalização e abertura com cimento armado na sua travessia pela av. Graciosa, numa extensão linear de 18,5 m. Rio Ivo, canalização e abertura nas suas travessias pelas ruas Ângelo Sampaio, Guttemberg, Cel. Dulcídio, Pres. Taunay, Vicente Macahdo, Visc. do Rio Branco, Visc. de Nacar, Carlos de Carvalho, Ermelino de Leão, Voluntários da Pátria, Cândido Lopes, praça Zacarias e Dr. Muricy, Pedro Ivo, Misericórdia, João Negrão, Visc. de Guarapuava, Cons. Laurindo e Sete de Setembro. Ao todo, 18 completas e uma ultimada, sendo as quatro primeiras cobertas com arco pleno de tijolos, e as demais 15 com cimento armado, representando as 19 uma extensão canalizada de 584,7 m, das quais, foram cobertos com arco de tijolo, 74,1 m, com cimento armado, 503,5 m, ficando descobertas 7,1 m; na Muricy, foi necessário bater 250 estacas; canalização na sua

travessia pela Francisco Rocha, com tubos de cimento armado com 15 m de diâmetro interno numa extensão de 1700 m; canalização no seu percurso pela José Loureiro em andamento; canalização do córrego Agua Verde na sua travessia pela av. Ivaí com tubos de cimento armado; canalização do córrego Bígrrilho na sua travessia pela Saldanha Marinho, Visc. de Nacar, Cabral e Voluntários da Pátria, parte em tubos de "armec" (sic) e parte em pontilhões de cimento armado; a extensão desses últimos era de 27m. Desvio sudoeste, construídos bueiros de alvenaria seca pela Com. Araújo, desde a Angelo Sampaio, tubos no trecho Dez. Motta-Visc. do Rio Branco, e galeria mista (alvenaria-tubo) na quadra Rio Branco-Nacar; concluída galeria de alvenaria na Visc. de Nacar até o começo da praça da República, iniciada a escavação em diversos pontos da rua Ratcliff, desde a rua Bandeirantes, até a av. Silva Jardim, tendo sido começado o assentamento de tubos de cimento armado.

A instalação do Horto Municipal foi fundamental para a arborização das ruas e ajardinamento de logradouros: em fins de outubro de 1915, a praça Zacarias estava com seu ajardinamento concluído; faltando ultimar o das praças Eufrásio Correia e Osório, cujas fontes, mictórios e relógio elétrico já haviam sido encomendados e pagos na Europa, com embarque próximo. Melhoradas, igualmente, as praças Municipal e 19 de Dezembro e os largos Fontana, do Passeio, do

Mercado novo do Batel e o formado pela intersecção das ruas Dr. Pedrosa e Com. Araújo. Os melhoramentos do Passeio Público eram considerados em "regular andamento": este estava sendo fechado com uma cerca de cimento armado, imitação de madeira roliça, concluída a gruta artificial, adquirido o terreno na parte norte para a "cascata", pontilhões de imbuia, assim como os "artísticos portões de entrada" (imitação do Cemitério de Cães de Paris). No belvedere da Glória (construído na intersecção das avenidas da Graciosa e João Gualberto) estava pronto o muro de arrimo para o aterro e ajardinamento. A quadra Dr. Jaime Reis, Emelino de Leão, Dr. Kellers e Travessa Nova constituiriam o belvedere São Francisco, com macadamização das ruas próximas. Iniciados os melhoramentos do largo Dr. Faria e praça Tiradentes, com obras tais como o ensaibramento de todas suas aléias (alamedas) e instalação sanitária no porão do coreto. Com relação ao forno incineratório, "desapareceram as últimas esperanças de ver transformado em realidade o desejo sincero de instalar esse melhoramento", devido ao atraso do envio do mesmo da Europa, por causa da Primeira Guerra Mundial. Para findar o mês de outubro de 1915, o último relatório desse mês foi do dia 25, onde apareciam citações sobre a "normalidade", tanto dos bondes elétricos como dos telefones; adiantados os serviços de tombamento e cadastros, assim como a nova planta do município encontrava-se na gráfica, numa escala 1/5000.

Os "Melhoramentos da Capital" atinentes ao mês de novembro e dezembro de 1915 são exíguos, versavam sobre a conclusão do necrotério municipal, erguido no pátio do cemitério ; algumas autorizações de "habite-se" e outras interdições; prosseguimento das obras do Passeio Público, conclusão das macadamizações das ruas laterais do novo mercado do Batel, revestimento a paralelepípedos das ruas Aquidabam e Dez. Motta. O ano terminou com o indeferimento do pedido de construção pelos senhores João Kntuy e João Zaniolo, além da desinfecção de um compartimento da penitenciária, onde havia surgido um caso de tuberculose pulmonar.

Oficialmente, os "Melhoramentos da Capital" terminaram no ano de 1915; algumas poucas obras sem importância seriam levadas a cabo até a inauguração do Paço Municipal (atual Museu Paranaense) a 24 de fevereiro de 1916. Seu exterior seguia os ditames do estilo neo-clássico, os trabalhos em madeira foram feitos por Maderna e Bonne, a ornamentação e escultura por Roberto Lacombe. A cantaria foi executada por artistas italianos e portugueses. As pinturas foram feitas por J. Orttolani e João Guelffi. O Prefeito, em pessoa, supervisionou a construção, auxiliado pelos arquitetos Ângelo Bottechia e André Petrelli. (MENDONÇA, 1991: 10)

Não foi por acaso que a inauguração do Paço Municipal ficou gravada como "marco de encerramento" da segunda gestão do prefeito Cândido de Abreu. O referido acontecimen-

to tinha objetivo claro, por parte do poder público, o de criar um edifício-monumento que não estaria ligado apenas ao sentido de funcionalidade, mas também ao reforço visual da imagem simbólica do poder. Sobre esse tipo de arquitetura, Robert Goodman afirma:

"A essência da arquitetura hierárquica é reforçar visualmente as estruturas políticas, também hierárquicas. Quanto mais majestosos e monumentais forem os locais públicos oficiais, mais trivial parece ser o ambiente de vivência pessoal do cidadão". (GOODMAN, 1971: 102)

Estava finda uma nova etapa na administração municipal da cidade de Curitiba, onde todo o anel central havia sido profundamente modificado. Tanto as reformas em si, vistas no presente trabalho, como a concepção de "interesse público" na qual a gestão em tela se pautou, comprovam a nossa hipótese de a reestruturação do quadro urbano, deu-se no momento da consolidação da economia urbano-industrial em Curitiba. E que alterou radicalmente a conduta dos poderes públicos, frente ao cenário urbano, inaugurando uma concepção bem arraigada no imaginário do cidadão curitibano, de que a Prefeitura Municipal é "neutra" e as intervenções físicas por ela levadas a cabo são de interesse coletivo, tornando-a uma mediadora judiciosa, racional e sem ideologia.

CONCLUSÃO

"O modernismo do subdesenvolvimento é forçado a se construir de fantasias e sonhos de modernidade, a se nutrir de uma intimidade e luta contra miragens e fantasmas. Para ser verdadeiro para com a vida da qual emerge, é forçado a ser estridente, grosseiro e incipiente. Ele se dobra sobre si mesmo e se tortura por sua incapacidade de, sozinho, fazer história, ou se lança a tentativas extravagantes de tomar para si toda a carga da história. Ele se chicoteia em frenesim de auto-aversão e se autopreserva apenas através de vastas reservas de auto-ironia. Contudo, a bizarra realidade de onde nasce esse modernismo e as pressões insuportáveis sob as quais se move e vive - pressões sociais e políticas, bem como espirituais, infundem-lhe uma incandescência desesperada que o modernismo ocidental, tão mais à vontade nesse mundo, jamais conseguirá igualar." (BERMAN, 1986: 220)

O sonho de modernidade e a procura frenética e ilusória de ideais de civilização de Curitiba, estudada nesse trabalho, faziam parte das modificações que estavam se operando, em níveis mundiais, na expansão (periférica, no caso brasileiro) do capitalismo monopolista. Nesse sentido, a história de Curitiba estava mesmo inserida em projeto "civilizatório" maior. Porém, com uma significação diferente daquela que os artífices dessa modernização propalavam; na verda-

de, o referido processo histórico era conservador, excludente e elitista.

A cidade de Curitiba, durante a década de dez, foi submetida a uma enérgica intervenção urbanística, por parte da sua Prefeitura Municipal, alterando tanto seu aspecto arquitetônico como sua estrutura espacial. Isso deveu-se em razão das contradições decorrentes da consolidação das bases industriais em Curitiba, do súbito aumento populacional e de uma infra-estrutura urbanística obsoleta. Tal quadro só poderia levar a uma situação de impasse e a um inevitável ponto de insustentabilidade política, pois, de um lado achavam-se os deserdados da urbs procurando sobreviver, e de outro, a camada dominante querendo erigir uma cidade que se adequasse ao modo capitalista de produção. Dentro desse contexto, o ponto de inflexão atingiu seu ápice durante a segunda gestão de Cândido Ferreira de Abreu frente ao executivo municipal, durante o triênio 1913-1916. Tal gestão, com irrestrito apoio do Governo do Estado, passou a conduzir os "Melhoramentos da Capital", planejamento arquitetado e executado pelo Prefeito e seus assessores, com resignado rigor.

Destarte, devemos atentar sempre para o contexto histórico no qual foi dada a primeira operação de renovação urbana de porte da cidade de Curitiba. Pela primeira vez em sua história, ela foi submetida a um sistemático plano urbanístico, onde todo o anel central foi modificado, alterando,

inclusive, a relação deste com as outras regiões da cidade. Para se ter uma idéia da grandeza dessa operação, numa cidade de sessenta e cinco mil habitantes, aproximadamente, foram assentados quase três milhões e quatrocentos mil paralelepípedos, além das ruas macadamizadas. E mais, vários prédios foram demolidos, praças reformadas ou criadas, eletrificadas as linhas dos bondes. O Passeio Público foi remodelado, foi instalado o Horto Municipal, fundados o Laboratório de Análises Químicas e a Fundação Gota de Leite e construído o Paço Municipal.

Inaugurou-se na história de Curitiba a prática da transfiguração urbana, deixando para trás o passado, desprezando suas evidências materiais, em prol das promessas e dos interesses inerentes ao capital em adequar geograficamente a cidade. É oportuno lembrar que, no espaço urbano, as ações atuais são determinadas pelas passadas, ficando impressas na vida das gerações posteriores que habitam a cidade. Por isso, devemos sempre considerá-la historicamente, ou seja, procurando evitar ter como referência a cidade contemporânea e sim, pensá-la na época da pesquisa. Aos olhares de hoje os "Melhoramentos" poderiam soar acanhados. Contudo, numa cidade que, em meados da década de dez, possuía uma população correspondente a uma vigésima parte da atual, tal reforma foi verdadeiramente revolucionária.

Acreditamos ter comprovado a hipótese de que a re-

estruturação do quadro urbano durante a segunda gestão de Cândido de Abreu aconteceu no momento da consolidação das bases da economia urbano-industrial em Curitiba e, na radical mudança da conduta dos poderes públicos frente ao quadro urbano.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. Modernidade e revolução. In: Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, 14: 2-15, fev./1986.
- ARAUJO, Silvia Maria P. & CARDOSO, Alcina Maria de L. As greves e a questão social na Primeira República Paranaense. Curitiba, mimeografado, s.d.
- BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969.
- BARZ, Elton L. Curitiba, 1853-1953: a construção do espaço urbano. Curitiba, mimeografado, 1989.
- BATALHA, Cláudio H. M. A história social em questão. In: Revista da APAH, Curitiba, Vicentina, 1988.
- BAUDELAIRE, Charles. As flores do mal. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos; um Haussmann tropical. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.
- BENEVOLO, Leonardo. A história da cidade. São Paulo, Perspectiva, 1983.
- BENJAMIN, Walter. Sociologia. Organização e tradução: Flávio Kothe. São Paulo, Atica, 1985. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- BENKENDORF, Carlos Augusto. Embriaguês, desordem e controle social em Curitiba. In: Boletim de Departamento de História da UFPR, Séries Monografias, nº 1, Curitiba, Imprensa Universitária, 1989.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar; a aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- BLOCH, Marc. Introdução à história. Lisboa, Publicações Europa-América, 1987.
- BONI, Maria Ignês M. de. O espetáculo visto pelo alto; vigilância e punição em Curitiba, 1820-1920. São Paulo, tese de doutorado (mimeografada), Departamento de História, USP, 1985.

- _____. História social do século XX. In: Idéias em Debates. Curitiba, Biblioteca Pública do Paraná-Imprensa Oficial, 1986.
- BRANDÃO, Ângela. Fábrica de ilusão; o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba, 1905-1913. Curitiba, Prefeitura Municipal-Fundação Cultural, 1994.
- BRESCIANI, Maria Stella. Londres e Paris no século XIX; o espetáculo da pobreza. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____. Metrópoles; as faces do monstro urbano. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, Marco Zero, v. 5, nº 8/9, set. 1984/ abr. 1985.
- CARDOSO, J. A. & WESTPHALEN, C. M. Atlas histórico do Paraná. Curitiba, Projeto/Sece, 1981.
- CARNEIRO, Newton. A vila Leão. Curitiba, mimeografado, s.d.
- CARVALHO, José Murilo. Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CASTELLS, Manuel. Problemas de investigação em sociologia urbana. São Paulo, Martins Fontes, 1975.
- CHALDOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim; o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____; RIBEIRO, Gladys; ESTEVES, Martha. Trabalho esvo e trabalho livre na cidade do Rio; vivência de libertos, "galegos" e mulheres pobres. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, Marco Zero, v. 5, nº 8/9, set. 1984/ abr. 1985.
- CHOAY, Françoise. A regra e o modelo. São Paulo, Perspectiva, 1985.
- _____. O urbanismo, utopias e realidades; uma antologia. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991.
- _____. A industrialização durante a República Velha. In: História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1985, Tomo III, 1º volume.

- DE DECCA, Edgar S. O nascimento das fábricas. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- DENIPOTI, Cláudio. Páginas de prazer; a sexualidade através da leitura no início do século. Curitiba, tese de mestrado (mimeografada), Departamento de História, UFPR, 1994.
- DERENGOSKI, Paulo Ramos. Os rebeldes do Contestado. Porto Alegre, Tchê, 1987.
- DUMOULIN, Olivier. Fato Histórico. In: Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro, Imago, 1993.
- FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano; a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo, Brasiliense, 1984.
- FERRER, Christian & MORELLO, Ciro. El si y los otros en la obra de Richard Sennet. In: Foucault y ética. Cidade do México, Biblos, 1988.
- GANZ, Ana L. & GANZ, Ana M. A questão do leite em Curitiba. In: Boletim do Departamento de História da UFPR, Séries Monografias, nº 1, Curitiba, Imprensa Universitária, 1989.
- GAWRYSZEWSKI, Alberto. A administração Pedro Ernesto; Rio de Janeiro, 1931-1936. Niterói, tese de mestrado (mimeografada), Departamento de História, UFF, 1988.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Guanabara, 1989.
- GOODMAN, Robert. After the planners. New York, Simon and Schuster, 1971.
- GOUVEA, Regina R. & SCHAAF, Mariza B. Significados da urbanização; traços e fontes para o historiador. In: SA, Cristina (org.). Olhar urbano, olhar humano. São Paulo, Ibrasa, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel; a política e Estado moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- HARDMAN, Francisco F. Trem fantasma; a modernidade na selva. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- IMAGUIRE JUNIOR, Key. Arquitetura no Paraná; uma contribuição metodológica para a história da arte. Curitiba, tese de mestrado (mimeografada), Departamento de História, UFPR, 1982.

- _____. Arquitetura moderna no Paraná; um roteiro para sua história. In: Tradição/ Contradição. Curitiba, Museu de Arte Contemporânea do Paraná, 1986.
- KONDER, Leandro. Walter Benjamin; o marxismo da melancolia. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- KOTHE, Flávio R. Para ler Benjamin. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- LAVEDAN, Pierre. Histoire de l'urbanisme. Paris, Laurens Editeurs, 1952.
- LEAO, Ermelino Agostinho de. Contribuições históricas e geográficas para o dicionário do Paraná. Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, 1926.
- LEONARDI, Victor. Primeiras fábricas e formação do capital industrial. In: Brasil História; Texto e Consulta, Vol. 3. São Paulo, Hucitec, 1991.
- LEQUIN, Yves. História social. In: Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro, 1993.
- LINHARES, Temístocles. Paraná Vivo; um retrato sem retoques. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.
- LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulos, Martins Fontes, 1982.
- MACEDO, Rafael V. G. Os caminhos da pavimentação em Curitiba. In: Boletim Informativo Nº 2, Curitiba, Prefeitura Municipal-Fundação Cultural, 1974.
- MACHADO, Maria C. T. A questão urbana; parte da estratégia da dominação burguesa. In: Revista do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte, s. e., junho/1987
- MARCASSA, João. Curitiba, essa velha desconhecida. Curitiba, Refripar, 1989.
- MARTINS, Wilson. Um Brasil diferente; ensaios sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo, T. A. Queiroz, 1989.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. História. Organização e tradução: Florestan Fernandes. São Paulo, Atica, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

- _____. A ideologia alemã. São Paulo, Hucitec, 1987.
- MELLO, Diogo Lordello. Prefeito. In: Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- MENDONÇA, Maria Luiza Nascimento. Linha vermelha; pegadas da memória. Curitiba, Prefeitura Municipal-Fundação Cultural, 1991.
- MEYER, Regina M. P. Metrópole e Urbanismo; São Paulo anos 50. São Paulo, tese de doutorado (mimeografada), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 1991.
- NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1928.
- NICOLAS, Maria. Alma das ruas. Curitiba, Fundação Cultural-Casa Romário Martins, 1981.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: História: Novos Problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- OLIVEIRA, Dennison de. Estado e políticas públicas; o caso dos serviços públicos urbanos de Curitiba (1894-1930). Curitiba, mimeografado, 1994.
- PAQUOT, Thierry,. La grande métamorphose urbaine. Paris, Le Monde Diplomatique, maio/1992.
- PAZ, Francisco M. Corpos disciplinares, corpos individualizados. In: Revista da APAH, Curitiba, Vicentina, dez./1985.
- PECHMAN, Sérgio & FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e seu avesso; algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, Marco Zero, v. 5, nº 8/9, set. 1984/abr. 1985.
- PEREIRA, Magnus R. M. Fazendeiros, industriais e não morigerados. Curitiba, tese de mestrado (mimeografada), Departamento de História, UFPR, 1990.
- PINHEIRO, Paulo S. O proletariado industrial na Primeira República. In: História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, Difel, 1985, Tomo III, 2º volume.
- RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar; a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

- RIBEIRO, Luiz Carlos. A memória do trabalho; trabalho e resistência no Paraná, 1890-1920. São Paulo, tese de mestrado (mimeografada), Departamento de História, USP, 1985.
- _____. O sonho do progresso. In: Tradição/Contradição. Curitiba. Museu de Arte Contemporânea do Paraná, 1986.
- RODRIGUES, Jane de F. S. Algumas considerações sobre o urbano. In: Revista do Departamento de História de UFMG, Belo Horizonte, s. e., junho/87.
- ROLNICH, Raquel. O que é cidade. São Paulo, Brasiliense, 1988
- SABÓIA, América C. Curitiba de minha saudade (1904-1914). Curitiba, Littero-Técnica, 1978.
- SENNETT, Richard. O declínio do homem público; as tiranias da intimidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____. Revolta da Vacina. São Paulo. Brasiliense, 1985,
- SCHORSKE, Carl. E. Viena fin-de-siècle; política e Cultura. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SUSSEKIND, Flora. Cinematógrafo de letras; literatura, técnica e modernização do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- SOUZA, Maria do Carmo C. O processo político-partidário na Primeira República. In: Brasil em perspectiva. São Paulo, Difel, 1978.
- TEIXEIRA, Douglas. Os errantes do novo século; um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo, tese de doutorado (mimeografada), Departamento de História, USP, 1972.
- VELHO, Otávio G. (org.) O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- VICTOR, Nestor. A terra do futuro; impressões do Paraná. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Cia., 1913.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et alii. A pesquisa em história. São Paulo, Atica, 1989

XAVIER, Alberto. Arquitetura moderna em Curitiba. Curitiba, Pini, 1985.

WACHOWICZ, Ruy C. História do Paraná. Curitiba, Vicentina, 1977.

WESTPHALEN, Cecília M. Pequena história do Paraná, Curitiba, Grafipar, s.d.

FONTES PRIMARIAS

1) BIBLIOTECA JULIO MOREIRA

Código

- 55/4- MACEDO, J.P. Administração municipal de Curitiba no quatriênio 1908-1912. Curitiba, s. e., s. d.
- 326/1- Leis, Decretos, Atos e Resoluções da Prefeitura Municipal de Curitiba, 1920.
- 376/6- Regulamento do Serviço Sanitário do Estado do Paraná - Lei Nº 1791 de 8 de abril de 1918.
- Coleção de Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná:
- 229 - 1914
- 1355/3- 1914
- 49 - 1915
- 209 - 1916
- 449/2- CORREIA, L. Passeio Público, Curitiba, s. e., 1921.
- ALBUQUERQUE, Carlos Cavalcanti. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado. Curitiba, Tipographia do "Diário Oficial":
- 479/2- 1912
- 509 - 1913
- 480 - 1914
- 481 - 1915
- 482/1- 1916
- 557/6- COELHO, A. Processos policiais organizados por determinação do chefe de polícia, 1920. Curitiba, s. e.,
- 580/1- FERNANDES, C. F. S. Cidade de Curitiba - Estado do Paraná. Curitiba, s.e., 1912.
- 768/1- THYANA, A. Instituto Neo-pitagórico. Curitiba, s. e., 1915.
- 776 - ALMANACH DO PARANA. Ruas, praças, largos, travessas, boulevards e altos de Curitiba, 1906.

- 821/2- PILLOTO, O. Primeiros Lâmpies de Curitiba. In: Boletim do IHGEPR, V. XI, 1969.
- 996/2- ABREU, Cândido F. Relatório apresentado ao Dr. José Pereira Santos Andrade - Governador do Estado do Paraná- pelo engenheiro civil Cândido Ferreira de Abreu - Secretário d'Estado de Negócios de Obras Públicas e Colonização, em 31 de dezembro de 1899.
- 999/1- Plano Diretor da Região de Curitiba.
- 1131 - ANNAES DA COMUNIDADE POLONESA. Algumas palavras sobre Curitiba antiga. V. III.
- 1292 - PALEARE, D. J. & PALEARE, E. C. Apontamentos de arquitetura de Curitiba e Paranaguá. In: Boletim do IHGEPR, V. XVIII, 1973.
- 1296 - ABREU, Cândido F. Relatório sobre colônia militar do Iguaçu em 1905. In: Boletim do IHGEPR, V. XXII, 1974.
- 1302/2- ABREU, Cândido F. Relatório sobre imigração em 1899. In: Boletim do IHGEPR, V. XXVIII, 1976.
- 1302/2- BLEY JUNIOR, W. Imagem do Paraná em 1915. In: Boletim do IHGEPR, V. XXVIII, 1976.

Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Paraná:

- 480 - 1914
 481 - 1915
 482 - 1916
 509 - 1913
 1368 - Sessão extraordinária de 16/06/1914

2) INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ (IHGEPR)

- 99:9002 - MARTINS, Romário. Histórico de Curitiba. Curitiba, Ed. Illustrada Paranaense, s. d.
- s.cód. - BELTRÃO, F. G. & FRANCO, A. M. Mapa do município de Curitiba de 1915

3) BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

Periódicos (sem código):

1913 - Almanach do Paraná
 Annaes da Câmara Municipal de Curitiba
 Annaes do Congresso do Paraná
 Anuário Demográfico-Sanitário de Curitiba
 Revista do Centro de Letras do Paraná
 Luz de Krotona
 Fanal
 A Bomba

1914 - Almanach do Paraná
 Annaes da Câmara Municipal de Curitiba
 Annaes do Congresso do Paraná
 Anuário Demográfico-Sanitário de Curitiba
 Revista do Instituto Neo-Pitagórico
 O Miko
 Atheneia
 Revista do Centro de Letras do Paraná

1915 - Almanach do Paraná
 Annaes da Câmara Municipal de Curitiba
 Annaes do Congresso do Paraná
 Anuário Demográfico-Sanitário de Curitiba
 Calendário do Paraná

1916 - Almanach do Paraná
 Annaes da Câmara Municipal de Curitiba
 Annaes do Congresso do Paraná
 Anuário Demográfico-Sanitário de Curitiba
 Calendário do Paraná
 Revista do Instituto Neo-Pitagórico
 A Falua
 O Guia Paranaense
 O Milho
 Myrto e Acácia
 Revista do Povo
 Revista Moderna

Jornal "A República": 1913, 1914, 1915 e 1916

PR 352. - Posturas da Câmara Municipal de Curitiba - 1895,
 081621 incluindo Regimento Interno.
 C 975

4) CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

s. cód. - Atas da Câmara de 1912 a 1918.

s. cód. - Atas de Organização da Mesas Eleitorais de 1907 a 1915.

s. cód. - Lei Nº 449 DE 02/12/1915. Orçamento e Posturas da Câmara Municipal de Curitiba. Curitiba, Tip. "A República", 1915.

5) CASA DA MEMÓRIA DE CURITIBA

s. cód. - MARQUES, L.P.C. Relatório do Chefe de Polícia do Estado, Curitiba, APPR, 1916.

s. cód. - Seção de Mapas da Cidade de Curitiba.

s. cód. - Livros de atas de permissão da Prefeitura Municipal de Curitiba, 1885-1981.